

UNIVERSIDADE ESTADUAL JULIO DE MESQUITA FILHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TELEVISÃO DIGITAL:
INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Maria Inês Garcia Ishikawa

**AUDIODESCRIÇÃO: UM RECURSO DE ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO
DIGITAL**

Bauru

2014

Maria Inês Garcia Ishikawa

**AUDIODESCRIÇÃO: UM RECURSO DE ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO
DIGITAL**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentada, ao Programa de Pós Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do título de Mestre em Televisão Digital, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo.

Bauru

2014

Ishikawa, Maria Inês Garcia.

Audiodescrição : um recurso de acessibilidade na
televisão: um estudo de caso / Maria Inês Garcia
Ishikawa, 2014
107 f.

Orientador: Regina Célia Baptista Belluzzo

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2014

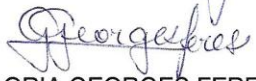
1. Deficiente visual. 2. Recurso de
acessibilidade - audiodescrição. 3. Televisão
digital. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade
de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARIA INÊS GARCIA ISHIKAWA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TELEVISÃO DIGITAL: INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO DE BAURU.

Aos 04 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, às 09:00 horas, no(a) Auditório da Seção Técnica de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - Campus de Bauru, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. REGINA CELIA BAPTISTA BELLUZZO do(a) Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - Campus de Marília, Profa. Dra. MARIA CRISTINA GOBBI do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - Campus de Bauru, Profa. Dra. GLORIA GEORGES FERES do(a) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - Campus de Marília, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MARIA INÊS GARCIA ISHIKAWA, intitulada "AUDIODESCRIÇÃO: UM RECURSO DE ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO DIGITAL". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. REGINA CELIA BAPTISTA BELLUZZO


Profa. Dra. MARIA CRISTINA GOBBI


Profa. Dra. GLORIA GEORGES FERES

À minha eterna Mãe (*in memória*)
Aos meus amores eternos “meus filhos”.

AGRADECIMENTOS

Ao Mestre pela vida.

Ao meu esposo (Fabio) e filhos (Bianca e Murilo), pela harmonia vivida e pela cumplicidade, além dos laços sanguíneos. Vocês são minha vida, meu mundo e meu TUDO!

Ao meu pai (José Roberto) e às minhas queridas irmãs (Carmem, Celene, Célia, Cristiane e Sheila) que cumprem o legado deixado por nossa eterna mãe, de que família é um dom divino da união de pessoas que se amam.

À família Garcia e seus agregados, pelo incentivo, pela alegria, harmonia e diversão garantida.

À família Ishikawa pelo apoio, incentivo e por serem tão prestativos em nossas vidas.

À minha querida Orientadora Profa. Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo, pela riqueza de informação, pela disponibilidade, pela atenção e por ter sido uma luz em meu caminho.

Aos professores do Programa de Pós- graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, pelos vastos ensinamentos e conhecimentos adquiridos nesta jornada.

À amiga Leda Rodrigues por lançar a semente da audiodescrição em minha vida.

A todos os amigos da APAE, da FIB, e da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, pela compreensão e apoio nesta nova jornada.

A todos os amigos do CEAC pela presença de conforto e auxílio e pela oportunidade maravilhosa de cuidar do lado espiritual, tão essencial em nossas vidas.

Ao Lar Escola Santa Luzia para Cegos, pela recepção calorosa, pela atenção e pela oportunidade da realização do estágio, que foi fundamental neste processo.

Às Pessoas com Deficiência Visual, que me ensinaram a enxergar com os olhos da alma.

***“ Só se vê bem com o coração,
O essencial é invisível aos olhos”***

Antoine Saint Exupery

ISHIKAWA, M.I.G. **Audiodescrição:** um recurso de acessibilidade na televisão digital. 2013. Dissertação Trabalho de Conclusão (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento)- FAAC - UNESP, 2014.

RESUMO

Vivenciam-se novas realidades e novos paradigmas que influenciam o cotidiano das pessoas. Sabe-se que para o desenvolvimento da sociedade na contemporaneidade é indispensável o acesso à informação a todos os cidadãos, visando um maior número de pessoas envolvidas neste processo informacional, possibilitando a inclusão social. Depara-se, entretanto, com uma sociedade que precisa atender à diversidade e que requer o vislumbre de novos caminhos de inclusão social para pessoa com deficiência. A reflexão sobre a inclusão compreende o alerta que envolve as questões de normalidade e de particularidades de cada pessoa. Desse modo, buscou-se desenvolver estudos e pesquisa envolvendo esse tema junto a uma realidade brasileira – Lar Escola Santa Luzia para Cegos da Cidade de Bauru (SP) que compreendeu duas etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica seletiva para a construção de referencial teórico seletivo e o desenvolvimento de pesquisa de campo, apoiada nesse referencial. Referida pesquisa foi realizada mediante: pesquisa documental (para obtenção de informações referentes à compreensão de sua ambiência) e também observação *in loco* para estreitamento de confiança e de relações com os sujeitos pesquisados, cujo total correspondeu a 20 pessoas com deficiência visual, selecionados com base em suas características de Deficiência Visual, e que apresentaram condições de compreensão do tema e de oferecimento de respostas para as entrevistas. Os resultados obtidos permitem afirmar que a audiodescrição é um recurso que tem a função de promover a acessibilidade comunicacional por meio da descrição verbal dos elementos visuais, proporcionando autonomia, estimulando a imaginação e ampliando o entendimento daqueles que não podem fazer uso da visão, garantindo o direito à informação, acessibilidade e inclusão. Neste sentido, concluiu-se que a audiodescrição deve ser utilizada na Televisão Digital porque viabiliza novas possibilidades de inclusão e possibilita alternativas de acessibilidade nos meios comunicacionais, transformando o visual em verbal e garantindo às pessoas com deficiência visual a participação efetiva na sociedade contemporânea. Entretanto, este é um tema ainda emergente no Brasil, em especial no cenário das mídias inovadoras, sendo necessário que essa área seja

mais explorada e a Televisão Digital, enquanto um meio de inovação e como uma mídia de caráter social, deve rever seu papel e modificar-se para atender a esta clientela, buscando suprir as lacunas deixadas pelas barreiras comunicacionais e promovendo a inclusão.

Palavras-chave: Televisão digital. Acessibilidade. Audiodescrição. Pessoa com Deficiência Visual.

ISHIKAWA, M.I.G. **Audiodescrição:** um recurso de acessibilidade na televisão digital. 2013. Dissertação Trabalho de Conclusão (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento)- FAAC - UNESP, 2014.

ABSTRACT

New realities and paradigms have been lived, which influence the daily lives of people. It is known that for the development of society in contemporary times, it is essential the access to information to all citizens, aiming a larger number of people involved in this informational process and enabling social inclusion. We face, however, a society that needs to meet diversity and that requires the glimpse of new ways of social inclusion for people with disabilities. To reflect about inclusion comprises the alert that involves issues of normality and particularities of each person. Thus, we sought to develop studies and research about this subject with a Brazilian reality - Santa Luzia Home and School for the Blind in the city of Bauru (SP), that comprised two methodological steps: selective bibliographical research for a selective construction of the theoretical framework, and the development of a field research, supported by this framework. Such research was conducted by: documentary research (for obtaining information about the understanding of its environment) and also on-site observation, to narrow the trust and relationships with the individuals surveyed, in a total of 20 people with visual impairment, selected based on their characteristics of visual impairment and with conditions of understanding the topic and offering answers to the interviews. The results obtained allow us to state that audio description is a feature that serves to promote communication accessibility through verbal description of the visual elements, providing autonomy, stimulating imagination and broadening the understanding of those who cannot make use of vision, ensuring the rights to information, accessibility and inclusion. In this sense, it was concluded that audio description should be used in Digital Television because it enables new possibilities for inclusion and possible alternative accessibility in communication media, transforming the visual elements into verbal, and ensuring effective participation in contemporary society for people with visual disabilities. However, this is a still an emerging topic in Brazil, especially in the scenario of innovative media, therefore it is necessary for this area to be further explored and Digital Television, as a medium of innovation and with a social aspect, should review its role and modify itself to cater to this clientele, seeking to fill the gaps left by communication barriers and promoting inclusion.

Keywords: Digital Television. Accessibility. Audio description. Person with Visual Impairment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O funcionamento da TV digital no Brasil.....	22
Figura 2 – Como funciona a TV digital hoje	23
Figura 3- Como funcionará a TV digital.....	23
Figura 4- Óculos de aumento.....	34
Figura 5 – Lupas manuais.....	34
Figura 6 – Lupas de apoio.....	34
Figura 7 – Telelupas.....	35
Figura 8 – Circuito fechado de televisão.....	35
Figura 9 - Exemplos de recursos não ópticos.....	36
Figura 10- Comparação entre os tipos de deficiência na população brasileira.....	36
Figura 11-Faixa de utilização da calçada.....	42
Figura 12 – Piso tátil	42
Figura 13- Semáforo.....	43
Figura 14-Placa tátil.....	43
Figura 15- Mapa tátil.....	44
Figura 16- Exemplo do alfabeto Braille.....	45
Figura 17 - Máquina de Braille.....	46
Figura 18- Display Braille.....	49
Figura 19- Ampliadores de tela.....	49
Figura 20- Sintetizador de voz.....	50
Figura 21 Audiodescritor em ação.....	62
Figura 22- Atriz Graciela Pozzobon, na cabine de gravação de audiodescrição durante o festival “Assim vivemos”	62
Figura 23 - Público em exibição de filme com audiodescrição. São Carlos- SP.....	63
Figura 24 - Lar Escola Santa Luzia para Cegos (Bauru-SP).....	68
Figura 25- Fachada e lateral do Lar Escola Santa Luzia para Cegos(Bauru-SP) ..	69
Figura 26 – Atividades da escrita em Braille (Lar Escola Santa Luzia para Cegos)	69
Figura 27 – Atividades de artesanato (Lar Escola Santa Luzia para Cegos).....	69
Figura 28- Atividades de informática (Lar Escola Santa Luzia para Cegos).....	70
Figura 29 – Atividades de artes (Lar Escola Santa Luzia para Cegos).....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Programadores e canais distribuídos no Brasil.....	24
Quadro 2 – Indicadores de associados ABTA.....	24
Quadro 3 - Principais trabalhos sobre acessibilidade para a TVD.....	27
Quadro 4 - Principais elementos visuais não verbais de audiodescrição.....	61
Quadro 5- Programação de TV com audiodescrição.....	64
Quadro 6 - Lista de programas e comerciais de TV com audiodescrição e período de exibição.....	64
Quadro 7- Lista de desenhos animados, audiodescritos por brasileiros, exibido no Canadá.....	65
Quadro 8 – Cronograma e atividades realizadas no estágio institucional.....	71
Quadro 9- Perfil dos sujeitos entrevistados.....	74
Quadro 10 – Análise do roteiro da entrevista (O que você pode dizer da audiodescrição.....	81
Quadro 11 - Análise do roteiro da entrevista (Em que você imagina que este recurso pode te ajudar na TV aberta/digital).....	83
Quadro 12- Análise do roteiro da entrevista (Você concorda com o regulamento das leis que obrigam as emissoras de TV a aplicar este recurso de acessibilidade (audiodescrição), em seus programas ou filmes?.....	85
Quadro 13 - Análise do roteiro da entrevista (Observação complementar sobre a audiodescrição).....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Leitores de tela mais utilizados pelos Deficientes Visuais.....	47
Gráfico 2 – Assistência a filmes e programas de TV.....	76
Gráfico 3 – Frequência da assistência a filmes e programas de TV.....	77
Gráfico 4 – Conhecimento do recurso de acessibilidade da audiodescrição.....	78
Gráfico 5 – Participação em pesquisa ou curso sobre a audiodescrição.....	79
Gráfico 6 – Visão da audiodescrição enquanto recurso de acessibilidade na TV	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distinção semântica entre os conceitos.....	29
Tabela 2- Existência dos tipos de deficiência permanente e o grau de dificuldade.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD- Audiodescrição

BJVI – *British Journal of Visual Impairment*

CID- Classificação Internacional de Doenças

CIDID - Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens

CORDE- Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CPqD- Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações

DV- Deficiência Visual

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICIDH -*International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps*

ISDB-T Sistema Integrado de Transmissão Digital Terrestre

ITS – Instituto de Tecnologia Social

JAWS – *Job Access With Speech*

MEC- Ministério da Educação

NVDA – *Non Visual Desktop Access*

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

UNESCO- *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

RNIB – *Royal National Institute of Blind People*

SAP – *Second Audio Programe*

SIA - Símbolo Internacional de Acessibilidade

SRAB - *South Regional Association for the Blind*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	TELEVISÃO DIGITAL, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	18
2.1	A TV Digital na sociedade contemporânea	18
2.1.1	TV digital no Brasil	21
2.2	Acessibilidade: conceitos e inter-relações na mídia televisiva	25
2.2.1	Acessibilidade na TV analógica e na TV digital	26
2.3	Deficiência e inclusão: o que considerar	28
2.3.1	Pessoa com Deficiência Visual: necessidade e inclusão	31
2.3.2	Deficiência visual: dos aspectos conceituais ao direito à informação e inclusão social	33
2.3.3	Inclusão da pessoa com deficiência visual	38
2.3.4	A acessibilidade como um direito e superação de barreiras	39
2.3.4.1	Tipos de acessibilidade para deficientes visuais	41
2.3.4.1.1	Acessibilidade em meio físico	41
2.3.4.1.2	Acessibilidade em meio de informação e comunicação	44
3	AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO DE ACESSIBILIDADE NA TV DIGITAL	51
3.1	Aspectos históricos-conceituais	51
3.2	Legislação e sua aplicação no Brasil	54
3.3	A audiodescrição como recurso comunicacional na Televisão digital	59
4	AUDIODESCRIÇÃO EM TV DIGITAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO E DESCRITIVO	66
4.1	Procedimentos metodológicos	66
4.2	Resultados e interpretação	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICES	100

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea nos deparamos com um tema universalmente discutido que é a acessibilidade nos meios de comunicação. Ciente da necessidade de promover e implementar este acesso para as pessoas com deficiência visual aos meios de comunicação, o Ministério das Comunicações aprovou e definiu em 27 de junho de 2006, por meio da Portaria n. 310, a audiodescrição como um recurso de acessibilidade, estando ele associado a outros direitos da cidadania¹. No entanto, observam-se dificuldades no acesso a este recurso que passou a ser veiculado a partir do dia 1º de junho de 2011 por algumas emissoras de televisão, conforme previsto na Portaria nº 188/2010 do Ministério das Comunicações. Essas dificuldades têm gerado constrangimento a essa clientela que aguarda a oportunidade de assistir à programação televisiva em igualdade de condições.

Para enfrentar essa realidade e fazer cumprir a lei, sabe-se que é necessário o meio midiático rever seu papel e modificar-se para atender a essa diversidade, permitindo que o usuário receba as informações contidas na imagem de forma simultânea ao seu aparecimento, possibilitando à pessoa com deficiência visual desfrutar integralmente da obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa, como ocorre com aqueles que possuem acuidade visual. Observa-se que a audiodescrição é um tema não muito explorado nas pesquisas acadêmicas e, por se tratar de assunto emergente no contexto nacional, requer estudos e pesquisas para consolidar a sua aplicabilidade, de modo geral, na mídia e, em especial, na televisão digital, daí a importância e relevância da oferta de parâmetros e subsídios em relação a essa temática.

Considerando este panorama social, objetivou-se, de modo geral, com esta dissertação de mestrado, analisar a viabilidade da audiodescrição como recurso de acessibilidade e verificar de que maneira poderá contribuir para promover a inclusão das pessoas com deficiência visual na TV digital. Destacam-se desafios da televisão na era digital e Cannito (2010) declara que vivemos num período de profunda transformação social e política, e a tecnologia digital é a maior revolução

¹ Entende-se por cidadania, para efeito desta dissertação, o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive (BRASIL, 2013).

que já ocorreu na história da mídia, por apresentar proposta inovadora para o desenvolvimento da TV envolvendo assim, uma nova cultura. Em especial, buscou-se também:

- Conhecer as bases teóricas e legais da audiodescrição.
- Identificar lacunas decorrentes das barreiras comunicacionais e que são enfrentadas pela Pessoa com Deficiência Visual no cotidiano.
- Identificar a viabilidade da audiodescrição como recurso da acessibilidade na TV digital a fim de promover a inclusão da Pessoa com Deficiência Visual.
- Oferecer parâmetros e subsídios à melhor compreensão da viabilidade de utilização da audiodescrição como recurso de acessibilidade na TV digital para a Pessoa com Deficiência Visual.

Como procedimentos metodológicos à consecução desses objetivos desenvolveu-se um estudo exploratório e descritivo, apoiado em pesquisa bibliográfica em fontes impressas e eletrônicas e, ainda, em pesquisa de campo, contando com o apoio de pesquisa documental e também da técnica de entrevista.

Como universo de pesquisa, foi selecionada a instituição sem fins lucrativos, mantida por sócios espontâneos e também por convênios e parcerias com a comunidade local, denominada Lar Escola Santa Luzia para Cegos da Cidade de Bauru, localizada na cidade de Bauru (SP). A partir da definição desse universo de pesquisa, como população de interesse foram consideradas exclusivamente as Pessoas com Deficiência Visual, assistidas pelo Lar Escola e que apresentaram condições de compreensão do tema e de oferecimento de respostas que permitissem o uso da técnica de entrevista. Desse modo, contou-se com uma amostra estratificada de 20 sujeitos em um total de 60 que compreendem os assistidos pela instituição, tendo sido definido um período (agosto a outubro/2013) para o desenvolvimento dessas entrevistas, cujos resultados foram descritos e interpretados sob a ótica do referencial teórico construído.

Para a melhor compreensão desta dissertação, optou-se por estruturá-la nas seguintes seções: 1. Introdução – onde se apresenta o tema central em estudo e sua delimitação, a justificativa, os objetivos, procedimentos metodológicos em geral e a estruturação da dissertação; 2. A Televisão Digital, Acessibilidade e Inclusão, onde se oferece um panorama da televisão digital como uma mídia, com características próprias, expondo conceitos, aspectos históricos e as novas possibilidades de acessibilidade e inclusão. Ainda, é apresentada a definição de

deficiência e, especificamente, a deficiência visual e suas características e modalidades, destacando-se a questão da acessibilidade e sua inter-relação com a inclusão social; 3. Audiodescrição como Recurso de Acessibilidade na TV Digital, apresentando os aspectos históricos – conceituais e a legislação que garante o direito a esse recurso nos meios de comunicação, com destaque para a TV digital; 4. Audiodescrição em TV Digital: um Estudo Exploratório e Descritivo, compreendendo a descrição da pesquisa de campo realizada e dos procedimentos metodológicos, com os comentários e interpretação dos resultados obtidos; e, 5. Considerações Finais, quando são apresentadas as conclusões na forma de considerações e recomendações a partir dos objetivos delineados e os resultados obtidos.

Espera-se, com esta dissertação oferecer condições de despertar a reflexão e discussão por parte daqueles interessados na temática em foco e que haja a possibilidade de se repensar as políticas públicas e a formação de pessoas qualificadas para interagir com as necessidades específicas dos Deficientes Visuais relacionadas à maior acessibilidade à informação e ao conhecimento, permitindo sua participação efetiva como usuários da mídia televisiva digital no contexto nacional.

2 TELEVISÃO DIGITAL, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Com a chegada da Televisão digital ao Brasil, muito tem se discutido sobre as formas de fazer e exibir programas, utilizando as novas possibilidades da transmissão digital. Nesta seção, enquanto uma forma de preâmbulo e com o intuito de oferecer um panorama geral, abordar-se-á a TV digital como uma mídia, com características próprias, expondo conceitos, aspectos históricos da TV digital no Brasil e as novas possibilidades de acessibilidade e inclusão, a partir deste cenário.

2.1 A TV digital na sociedade contemporânea

A sociedade atual, denominada sociedade da informação, vem passando por uma era de transição e de transformação ocorridas em todos os segmentos, merecendo destaque os campos da comunicação e da informação. Vale considerar que por conta da globalização, as informações e a velocidade com a qual elas atingem a sociedade trazem consigo perplexidade para qualquer um que tenha vivenciado as décadas de 80 e 90. Em razão da tecnologia e da era digital, destacamos os seus impactos sobre a valorização da informação e do conhecimento. O conhecimento é, portanto, segundo Belluzzo (2005), o fator competitivo entre as pessoas e a sociedade, sendo importante ressaltar que do seu uso racional e de sua aplicação é que conseguimos caminhar rumo a inovação e ao desenvolvimento social.

Estamos vivenciando um momento de transição nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), caracterizado principalmente pela substituição do sistema analógico de transmissão de TV aberta pelo sistema digital. A Televisão e os demais meios de comunicação estão sendo desafiados pela internet e por outras tecnologias que oferecem opções mais amplas de serviços de informação e entretenimento (DIZARD JÚNIOR, 2000).

Esse cenário permanece no contexto social, de forma ampla, ressaltando-se que a diferença entre a televisão analógica e a TV digital, centra-se na forma de transmissão e recepção do sinal. Nesse particular, vamos ao encontro de diferentes etapas, que vão desde a produção dos conteúdos até a recepção dos usuários. De acordo com Melo (2007) esse mercado televisivo é formado por uma complexa cadeia de valores que pode ser dividida em: geração (que engloba toda a

produção de conteúdos e as redes de serviço das emissoras; transmissão (com a fabricação de antenas e equipamentos) e, por último, recepção (fase ligada ao receptor final, e que envolve a fabricação dos equipamentos necessários à distribuição de conteúdos).

De acordo com a definição de Machado Filho (2006), a TV Digital é exatamente isso, uma mídia com características e particularidades próprias. Menciona que, decorrente da evolução tecnológica, contempla o aumento de sua definição de 625 linhas para 1080 linhas de resolução, o aumento das telas e da qualidade do som, afirmando que ela se transformará em algo diferente da televisão conhecida até então.

Cannito (2010) é outro autor que destaca os desafios da televisão na era digital e apresenta proposta inovadora para o desenvolvimento da TV envolvendo assim, uma nova cultura. Na sua concepção, não é possível pensar na TV de forma segmentada e, sim, incluindo cultura, interatividade, alta definição, narrativas transmidiáticas e democratização de conteúdo, despertando o interesse do espectador, para conquistar a audiência e se propagar socialmente. Além disso, destaca com propriedade estas modificações ao declarar que vivemos num período de profunda transformação social e política, e que a tecnologia digital é a maior revolução que já ocorreu na história da mídia.

Dessa forma, é importante elucidar a citação de Martín-Barbero (2001):

A televisão não traz consigo apenas um maior investimento econômico e uma maior complexidade de organização industrial, mas também um refinamento qualitativo dos dispositivos ideológicos. Imagem da plena democratização desenvolvimentista, a televisão “realizar-se” na unificação da demanda, que é a única maneira pela qual pode conseguir expansão do mercado hegemônico [...] (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 261)

Vale lembrar que os meios de comunicação exercem um papel fundamental na disseminação de informação e na formação da opinião pública. O homem vem se relacionando com as novas tecnologias, cada vez mais sofisticadas nos últimos 20 mil anos de sua história. Segundo o autor Dizard Júnior (2000), há várias razões para essa mudança, uma delas, é que a televisão e os demais veículos de comunicação estão em concorrência com a internet e por outras tecnologias que oferecem amplos serviços de informação e entretenimento. Essa transição está ocorrendo há uma década ou mais e está acelerada nos últimos anos.

Historicamente, pode-se dizer que a comunicação é parte do alicerce social, uma vez que a informação e o conhecimento são disseminados, compartilhados e consumidos através dos processos que a envolvem. (VICTORELLI, 2011).

Vilches (2003), demonstrando sua preocupação com a TV digital pública, apresentou um estudo sobre os movimentos migratórios das tecnologias digitais. Um aspecto abordado e que se considera de relevância a esta dissertação é o papel do espectador tratado como cidadão e a possível autonomia do mesmo para interpretar as mensagens emitidas pela televisão. Nessa mesma linha de raciocínio, Thompson (2008) também afirmou que os meios de comunicação não são apenas “meios” para se transmitir informações de forma estática, seu conteúdo está inserido dentro de um contexto social e é elaborado para atingir públicos determinados e fazer com que os sujeitos tenham atitude perante o que lhes é repassado.

Uma questão de importância para que esse receptor possa construir seus próprios conceitos acerca do mundo digital exige uma atividade cognitiva cujo primeiro significado advém da “aquisição” de um conhecimento (FERREIRA, 1999). Essa aquisição envolve vários processos mentais: a atenção, a percepção, a memória, o raciocínio, o juízo, o pensamento, a imaginação e o discurso (CITI, 2006).

No cenário atual, depara-se, ainda, com os avanços das TIC, representando também o desenvolvimento das questões de acessibilidade e das ações inclusivas². Segundo Barbosa; Castro (2008), seu uso intensivo tem como objetivo diminuir as desigualdades sociais podendo representar fonte de renda, além de valorizar os elementos de identificação cultural, possibilitando desta forma uma maior aproximação entre os atores sociais que não têm acesso à informação e aqueles que possuem. Além disso, deve-se considerar que a TV é considerada um eletrodoméstico de maior penetração, perdendo apenas para o fogão, com uma presença de 98,7% nos domicílios brasileiros. Por sua vez, a TV Digital tem grande importância nesse cenário social, pois, acessibilidade é condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. A inclusão digital interage com a inclusão social

² Ações inclusivas significa proporcionar a um público específico o acesso aos direitos e deveres do cidadão (SENAI, 2010).

tipificada pela sociedade da informação, associando-se à inclusão econômica, grupal, política, cultural, intelectual e ambiental, sendo essas interdependentes. Portanto, a inclusão digital significa a inclusão social potencializada pelas tecnologias, processos e suportes da tecnologia da informação/comunicação e sistemas digitais (BELLUZZO; ROSSETO; FERES, 2008).

Mas, qual o panorama da TV digital no contexto brasileiro? Esse é o foco de interesse a seguir, procurando oferecer uma visão geral sobre as questões históricas e princípios teóricos que envolvem sua implementação.

2.1.1 TV digital no Brasil

Considera-se que a TV digital é um tema bastante atual, muito discutido pela mídia, pelo governo e por entidades envolvidas.

Os primeiros questionamentos sobre a TV digital no Brasil foram iniciados no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas foi no governo de Luiz Inácio da Silva, com iniciativa do ex-ministro das comunicações Miro Teixeira, que por meio do Decreto Presencial nº 4.901, de novembro de 2003, criou o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, que compreende os seguintes objetivos:

- I - promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;
- II - propiciar a criação de rede universal de educação à distância;
- III - estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional relacionadas à tecnologia de informação e comunicação;
- IV - planejar o processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo a garantir a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda;
- V - viabilizar a transição do sistema analógico para o digital, possibilitando às concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens, se necessário, o uso de faixa adicional de radio frequência, observada a legislação específica;
- VI - estimular a evolução das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor e possibilitando o desenvolvimento de inúmeros serviços decorrentes da tecnologia digital, conforme legislação específica;
- VII - estabelecer ações e modelos de negócios para a televisão digital adequados à realidade econômica e empresarial do País;
- VIII - aperfeiçoar o uso do espectro de radio frequências;
- IX - contribuir para a convergência tecnológica e empresarial dos serviços de comunicações;

X - aprimorar a qualidade de áudio, vídeo e serviços, consideradas as atuais condições do parque instalado de receptores no Brasil; e
 XI - incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais. (DECRETO nº 4.901, 2003).

Um marco importante para a história da TV digital, de acordo com Cannito (2010), foi o Decreto 5.820 (BRASIL, 2006), que estabeleceu as diretrizes para a digitalização da TV brasileira de transmissão terrestre. Este documento definiu o padrão japonês ISDB-T (Sistema Integrado de Transmissão Digital Terrestre) e determinou as incorporações de inovações tecnológicas, estipulando um prazo de sete anos para a digitalização, com direitos de transmitir simultaneamente os sinais analógico e digital.

No dia 2 de dezembro de 2007, a televisão brasileira deu o primeiro passo para uma nova era: a das Transmissões Terrestres Digitais. A nova tecnologia surge, portanto, como a evolução da TV analógica, permitindo inúmeras novidades na forma de se fazer e assistir TV. Interatividade, imagem de alta definição e som límpido são apenas algumas das muitas vantagens que a TV Digital pode oferecer.

Essa especificidade do sistema brasileiro possibilita a transmissão de conteúdo de altíssima qualidade, tanto em termos de imagem como de som, permitindo ao mesmo tempo a recepção móvel e portátil dos sinais de TV digital.

Assim, pode-se dizer, acompanhando as afirmações de Bolaño; Britos (2007), que a TV digital é caracterizada essencialmente por ser uma plataforma tecnológica que permite a convergência de vários serviços de comunicação.

Algumas ilustrações sobre o funcionamento da TV digital terrestre e os dispositivos móveis são apresentadas nas figuras 1, 2 e 3.

Figura 1- O funcionamento da TV digital no Brasil



Izequiel Norões - 2011

Fonte: Norões (2011)

Figura 2 - Como funciona a TV Digital hoje



Fonte: Norões (2011)

Figura 3 - Como funcionará a TV Digital



Fonte: Norões (2011)

As programadoras e seus canais de exclusividade distribuídos no Brasil, estão passando efetivamente por um período de desenvolvimento no mercado brasileiro, de acordo com a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) e conforme descreve o Quadro 1.

Quadro 1: Programadores e canais distribuídos no Brasil



Fonte: <http://www.abta.org.br/associados.asp>, (2013).

O quadro 1, ainda, demonstra que:

Nos últimos dez anos, o acesso à TV por assinatura no País mais que quintuplicou, passando de 3,5 milhões de clientes (2003) para 17 milhões (junho de 2013), segundo dados da ANATEL. Estima-se que cerca de 55 milhões de Brasileiros tenham acesso à TV por assinatura. (ABTA, 2013).

Quadro 2 - Indicadores de associados ABTA

Indicador	2013 2º Trim	2013 1º Trim	% Trim	2012 2º Trim	% Período
Assinantes TV por assinatura	16.960.993	16.809.274	0,9%	14.535.183	16,7%
Assinantes Banda Larga	6.500.000	6.100.000	6,6%	5.314.508	21,7%
Faturamento Total (incluindo publicidade)	R\$ 6.759.970.188	R\$ 6.501.904.552	4,0%	5.704.395.797	18,5%
Faturamento com publicidade	R\$ 378.369.878	R\$ 243.417.347	55,4%	R\$ 342.342.658	10,5%
Empregos diretos e indiretos	98.045	97.080	1,0%	95.805	2,3%

Fonte: <http://www.abta.org.br/associados.asp>, (2013).

Em uma perspectiva mais abrangente, pressupõe-se que a implantação da TV digital no Brasil como um meio de inovação e desenvolvimento social vem acontecendo de forma gradual. Para acelerar o processo de digitalização da televisão no país, o governo federal por meio do Decreto nº 8.061/2013, formalizou o adiantamento do prazo a partir do qual as emissoras poderão usar apenas o sinal digital para transmitir imagem e som, ou seja, prevendo que a transmissão digital de sons e imagens incluirá, durante a o período de transição, a veiculação simultânea da programação em tecnologia analógica.

Dessa forma, o processo de desligamento obrigatório começará no dia 1º de janeiro de 2015 e será gradual terminando em dezembro de 2018, de acordo com o Ministério das Comunicações (2013), ao ressaltar que, neste período, as emissoras devem veicular simultaneamente a programação em tecnologia analógica e digital. No fim deste processo, os canais utilizados para a transmissão analógica serão devolvidos à União.

Diante do exposto, a questão que surge é: até que ponto a TV digital no Brasil está contribuindo com ações que permitam a acessibilidade e a inclusão social, em especial, para as pessoas com deficiência visual?

2.2 Acessibilidade: conceitos e inter-relações na mídia televisiva

Considerando-se a importância da TV digital como uma mídia de cunho amplamente social, acredita-se ser necessário tratá-la com o foco na acessibilidade, tendo em vista que essa dimensão é fator crítico para a inclusão social na sociedade contemporânea.

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas, devendo estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas de tecnologias, a fim de possibilitar à pessoa com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida que possam assegurar o acesso, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas. (BRASIL, 2013).

Atualmente, o conceito de acessibilidade foi ampliado, associando-se ao compromisso de melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas e a aprovação do Decreto Federal nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, também conhecido como

Lei de Acessibilidade, foi um grande avanço na garantia de acessibilidade em todos os âmbitos. O artigo 8º define:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004)

2.2.1 Acessibilidade na TV analógica e na TV digital

Destacamos a importância da transição do padrão analógico para o digital, visando o cenário televisivo no Brasil, como um processo de impactos de mudanças já existentes, com alterações significativas nas áreas técnicas, artísticas, gerencial, comercial, tecnológica, dentre outras, que provocam transformações evidentes nas formas de fazer, organizar, veicular e fruir conteúdos para as diversas instâncias sejam elas: econômicas, políticas, cultural e profissional. (BRITTOS, 2011).

Em relação à acessibilidade, os estudos dos autores Souza; Barreto; Pereira (2008), demonstram que a maioria das contribuições existentes na literatura voltam-se para o desenvolvimento de aplicativos, hardwares, acessórios e equipamentos para a TV digital, esquecendo, no entanto, das questões envolvendo a acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Atualmente, estas questões de acessibilidade estão sendo pauta no mundo todo e passos significativos estão possibilitando a inclusão deste cidadão com oportunidades e condições de igualdades. Destaca-se, nesse cenário, a TV digital que já possui recursos tecnológicos como SAP e *closed caption* que permitem a dublagem, a audiodescrição e o envio de legendas. O *closed caption*, ou legenda oculta, consiste na transcrição das falas e de informações sonoras contidas em programas televisivos para o formato de legendas, já a audiodescrição é ativada alterando o canal de áudio do aparelho televisivo ou do conversor digital. Isto pode ser feito através da tecla SAP ou da tecla MTS – dependendo da marca do aparelho de TV. Em alguns modelos de aparelho de TV ou de conversores digitais esta mudança é feita através da alteração no menu de configuração de áudio. Vale considerar que o *closed caption* é um recurso disponível através do sinal analógico, parabólica e digital e a audiodescrição está disponível somente através do sinal

digital. Esses recursos possibilitam que pessoas surdas ou com deficiência auditiva e pessoas cegas ou com deficiência visual possam acompanhar, entender e compreender melhor a programação da TV (CARVALHO, 2013).

Na perspectiva descrita, com a entrada da TV digital no Brasil as possibilidades estão sendo ampliadas, apresentam melhora significativa na qualidade das transmissões de vídeo e áudio.

Uma síntese de trabalhos coletados sobre a acessibilidade a partir de Souza; Barreto; Pereira (2008), é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 - Principais trabalhos sobre acessibilidade para a TVD

Autor	Tipo de recomendação	Público Alvo	Objeto de estudo
Fernandes (2001)	Guia de diretrizes	Pessoas com necessidades especiais, visando os idosos	Um guia contendo 15 recomendações específica para a TV Digital .
Quico (2005)	Audiodescrição	Deficientes visuais	Audiodescrição
Becker (2006)	Legibilidade: botões para o controle remoto	Deficientes visuais, em especial o daltonismo	Fonte, esquema de cores, uma proposta de interface, configuração do texto.
Piccolo (2006)	Legibilidade	Deficientes visuais	Fonte e o Royal National Institute of Blind People.
Soares Neto (2006)	Legibilidade; Menu; controle remoto;	Os telespectadores com deficiências em geral	Fontes, Estilo de Menu, configuração de Texto, Teclas coloridas do controle;
Waisman (2006)	Legibilidade; Navegação e Guia de recomendações	Deficientes visuais, auditivos e usuários com deficiência física	Estabelece 10 Recomendações relativas ao controle remoto; e recomendações para o desenho de interface, como fontes e navegação
CERTIC (2007)	Interpretação Gestual; audiodescrição e legendas para TVD	Deficientes visuais, deficientes auditivos e analfabetos	Legenda para TVD, Interpretação em linguagem gestual, áudio descrição.
Miranda; Piccolo; Baranaukas (2007)	Novos artefatos físicos	Pessoas com capacidade física reduzida e analfabetos	Recomendações da utilização de Artefatos Físicos para interação com a TV digital
Roesler (2008)	Legibilidade; Controle remoto e novos artefatos físicos na TVD.	Deficientes visuais	Fontes e novos dispositivos sendo acoplado a TV digital.

Fonte: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>, (2013).

Em linhas gerais, o que se pode observar com as informações do Quadro 3, é que os autores, em sua maioria, fazem menção a um tipo de público a quem destinar as recomendações e o foco de atenção aos deficientes visuais. Além disso, percebe-se também que existe necessidade de atualizar os estudos e pesquisas desde 2008 até o presente, daí a importância da contribuição desta dissertação para essa temática.

2.3 Deficiências e inclusão: o que considerar

Inicia-se por salientar que existem vários enfoques em torno das classificações das deficiências.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008), destacamos o artigo 1º que expressa:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Adotar-se-á também as exposições fundamentadas na IX Assembléia da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1976, onde surgiu uma nova conceituação, a *Internacional Classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease* (ICIDH), sendo sua tradução a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), publicada em (PORTUGAL, 1989).

Uma síntese das conceituações é apresentada, a seguir, constituindo o que se compreende e adota-se para esta dissertação:

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo

a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

Uma distinção das classificações das deficiências é descrita na Tabela 1.

Tabela 1 – Distinção semântica entre os conceitos

Deficiências	Incapacidade	Desvantagem
Da linguagem Da audição (sensorial) Da visão	De falar De ouvir (de comunicação) De ver	Na orientação
Músculo- esquelético (física) De órgãos (orgânica)	De andar (de locomoção) De assegurar a subsistência no lar (posição do corpo e destreza) De realizar a higiene pessoal De se vestir (cuidado pessoal) De se alimentar	Na Independência Na mobilidade Nas atividades de vida diária.
Intelectual (mental) Psicológica	De aprender De perceber (aptidões particulares) De memorizar De relacionar-se (comportamento) De ter consciência.	Na capacidade ocupacional Na integração social

Fonte: Rev. Saúde Pública vol.34 n.1. São Paulo Feb. 2000

No último Censo do IBGE (2010) foram consideradas as principais características das pessoas com deficiência permanente, como sendo: auditiva, motora, intelectual e visual, de acordo com o seu grau de dificuldade.

Tabela 2 - Existência dos tipos de deficiência permanente e o grau de dificuldade

Deficiência auditiva	Deficiência Motora	Deficiência Mental ou Intelectual	Deficiência Visual
<p>Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de ouvir (avaliada com o uso de aparelho auditivo, no caso de a pessoa utilizá-lo), de acordo com a seguinte classificação:</p> <p>Não consegue de modo algum - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir;</p> <p>Grande dificuldade - para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo;</p> <p>Alguma dificuldade - para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo; ou</p> <p>Nenhuma dificuldade - para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de ouvir, ainda que precisando usar aparelho auditivo.</p>	<p>Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas (avaliada com o uso de prótese, bengala ou aparelho auxiliar, no caso de a pessoa utilizá-lo), de acordo com a seguinte classificação:</p> <p>Não consegue de modo algum - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa;</p> <p>Grande dificuldade - para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar;</p> <p>Alguma dificuldade - para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar; ou</p> <p>Nenhuma dificuldade - para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que precisando usar prótese, bengala ou aparelho auxiliar.</p>	<p>Foi pesquisado se a pessoa tinha alguma deficiência mental ou intelectual permanente que limitasse as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar etc.</p> <p>A deficiência mental é o retardo no desenvolvimento intelectual e é caracterizada pela dificuldade que a pessoa tem em se comunicar com outros, de cuidar de si mesma, de fazer atividades domésticas, de aprender, trabalhar, brincar etc. Em geral, a deficiência mental ocorre na infância ou até os 18 anos. Não se considerou como deficiência mental as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose e esquizofrenia.</p>	<p>Foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de enxergar (avaliada com o uso de óculos ou lentes de contato, no caso de a pessoa utilizá-los), de acordo com a seguinte classificação:</p> <p>Não consegue de modo algum - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de enxergar;</p> <p>Grande dificuldade - para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato;</p> <p>Alguma dificuldade - para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato; ou</p> <p>Nenhuma dificuldade - para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de enxergar, ainda que precisando usar óculos ou lentes de contato.</p>

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010)

Dentre estas deficiências, será estudada, em especial, aquela que se relaciona à visão, uma vez, que se encontra em estreita relação com a acessibilidade na TV digital e também com a inclusão social.

2.3.1 Pessoa com Deficiência Visual: necessidades e inclusão

“O que significa para uma pessoa viver e conhecer o mundo por meio da audição, do tato, do olfato, do paladar e do sentido sinestésico?” (MASINI, 2007, p. 266).

Sabe-se que a deficiência visual interfere no relacionamento do indivíduo com o meio social. Diante disso, McGarry (1999 apud PASSOS, 2010, p.40), esclarece que captamos a informação através dos cinco sentidos: visão, audição, tato, gustação e olfato. E, por meio desses sentidos, o homem efetua permutas com o mundo exterior. Devido a este fator torna-se restrita a captação imediata dos fatos e ações no meio ambiente, uma vez que grande parte da relação homem com o ambiente se dá por meio da visão.

É oportuno registrar o conceito de inclusão de acordo com Sasaki (2006), que a descreve como o processo pelo qual a sociedade deve se adaptar para incluir, em seus sistemas sociais as pessoas com deficiência, entendendo que a sociedade deve ser capaz de atender a todas as necessidades da pessoa em questão, em conformidade com alguns princípios que norteiam a inclusão:

- Aceitação das diferenças individuais.
- Valorização de cada pessoa.
- Convivência dentro da diversidade humana.
- A aprendizagem por meio do ensino colaborativo.

De modo geral, pode-se dizer que a inclusão, no entanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de pequenas e grandes transformações, desde ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte, lazer e educação.

De acordo com o mesmo autor, a Organização das Nações Unidas (ONU), foi uma das primeiras entidades a tornar saliente a expressão uma sociedade para todos, por meio da resolução 45/91 da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 1990.

Estudos têm demonstrado, porém, que, do ponto de vista intelectual, não há diferença entre o deficiente visual e as pessoas dotadas de visão. A potencialidade intelectual do indivíduo não é alterada pela deficiência visual. O que presenciamos é que o seu nível funcional, entretanto, pode ser reduzido devido à restrição de experiências, por este motivo há necessidade de se utilizar das tecnologias assistivas para normalizar estas condições. (MEC, 2007).

Dada a importância desta necessidade, registram-se aqui, algumas adaptações essenciais para facilitar a vida cotidiana da pessoa com deficiência visual e incluí-la na sociedade de acordo com MEC (2007):

- Adaptações de Recursos ópticos como: Óculos bifocais ou monofocais.

Recursos ou auxílios ópticos são lentes de uso especial ou dispositivo formado por um conjunto de lentes, geralmente de alto poder, com o objetivo de magnificar a imagem da retina. Esses recursos são utilizados mediante prescrição e orientação oftalmológica

- Lupas manuais e de apoio.

Úteis para ampliar o tamanho de fontes para a leitura, as dimensões de mapas, gráficos, diagramas, figuras etc. Quanto maior a ampliação do tamanho, menor o campo de visão com diminuição da velocidade de leitura e maior fadiga visual.

- Sistema Braille

Conhecido universalmente como código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas. Baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos. A escrita Braille é realizada por meio de uma reglete e punção ou de uma máquina de escrever Braille.

- Recursos didáticos

Os recursos destinados ao Atendimento Educacional, que estimulem a exploração e o desenvolvimento pleno dos outros sentidos. A variedade, a adequação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa.

- Recursos para orientação e mobilidade.

Os deficientes visuais devem valer-se de técnicas e recursos de orientação e mobilidade, objetivando a exploração do mundo e facilitando sua mobilidade (que envolve aspectos intelectuais e perceptivos) e locomoção (envolvendo os fatores físicos). Essa orientação refere-se à habilidade do indivíduo para reconhecer o ambiente e o relacionamento espacial que o leva de um lugar para o outro, numa interação indivíduo-ambiente, proporcionando autonomia e independência.

- Tecnologias assistivas

São recursos, que englobam produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com o objetivo de promover a funcionalidade, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

- **Audiodescrição.**
Recurso de acessibilidade, feita por meio de descrição oral das cenas durante um filme, espetáculo ou programas televisivos, permitindo que a pessoa com deficiência visual, possa usufruir das informações adicionais, facilitando assim, seu entendimento e compreensão. (MEC, 2007).

Mas, em essência, o que pode ser considerado como deficiência visual? Em busca de elucidar melhor essa questão, são apresentados os principais conceitos envolvidos a seguir.

2.3.2 Deficiência visual: dos aspectos conceituais ao direito à informação e inclusão social

A visão é o canal mais importante do relacionamento do indivíduo com o mundo exterior, ajudando a compreender a realidade social. Há muitos tipos de deficiência visual, de acordo com as causas e a gravidade, podendo ser congênita ou adquirida.

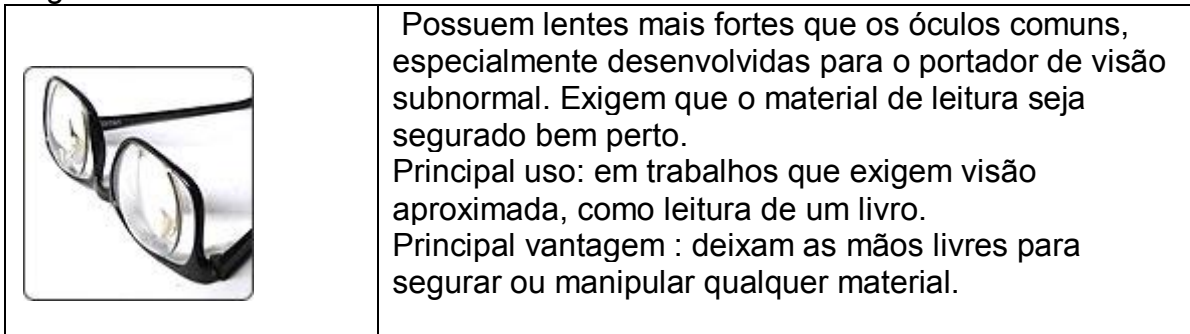
De acordo com o Decreto – Lei 5296 de 02 de dezembro de 2004 é possível considerar as seguintes modalidades de deficiência visual:

- **Cegueira**
A qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, ou seja, a perda total da visão ou pequena capacidade de enxergar o que levará a pessoa a fazer uso do sistema Braille para o seu aprendizado.
- **Baixa visão ou visão subnormal**
Define-se baixa visão, ou visão subnormal, quando a capacidade de visão do melhor apresenta acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°. Uma apropriação desta definição leva a considerar que a pessoa com baixa visão enxerga de forma diferenciada, de acordo com as alterações que podem ocorrer na função visual (prejuízo na acuidade visual, na visão de cores, no campo visual, na sensibilidade ao contraste, na adaptação à luz). De acordo com seu quadro visual e dificuldades no desempenho de atividades, a pessoa com baixa visão poderá fazer uso de auxílios especiais para melhora da resolução visual como, por exemplo, auxílios não ópticos, auxílios ópticos e eletrônicos. A prescrição desses recursos será realizada pelo oftalmologista. (LARAMARA, 2013).

Para melhor compreensão, Bonotto (2012), declarou- se que:

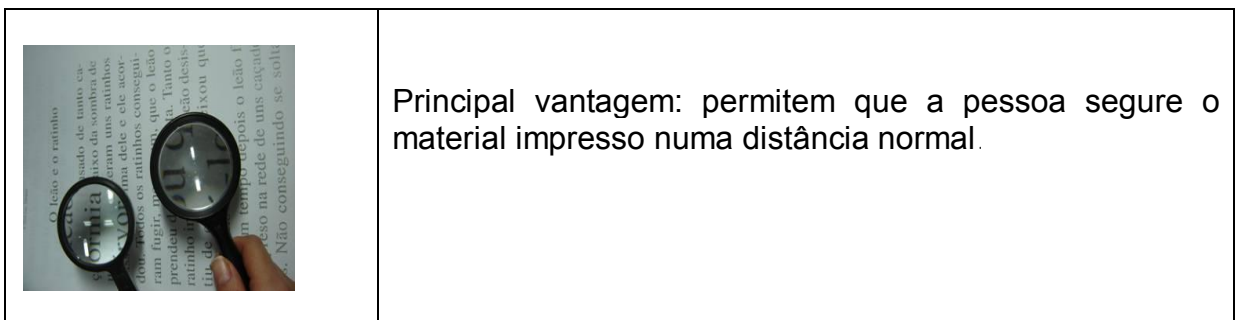
- Auxílio ópticos: usualmente são lentes ou combinações de lentes de aumento. Elas não devem ser confundidas com óculos comuns. Existem cinco tipos de auxílios ópticos:

Figura 4- Óculos de aumento



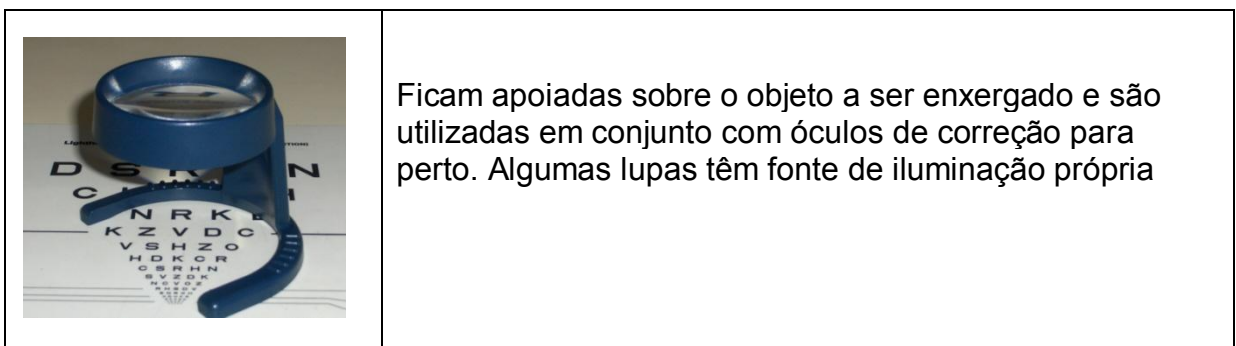
Fonte: <http://www.ofthalmopediatria.com.br/medica.php>. (2013)

Figura 5 Lupas manuais



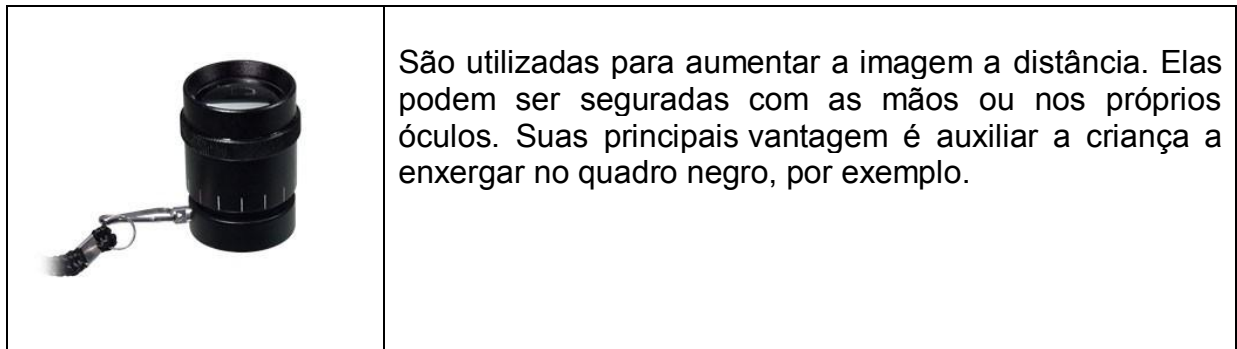
Fonte: <http://www.ofthalmopediatria.com.br/medica.php>. (2013)

Figura 6 Lupas de apoio



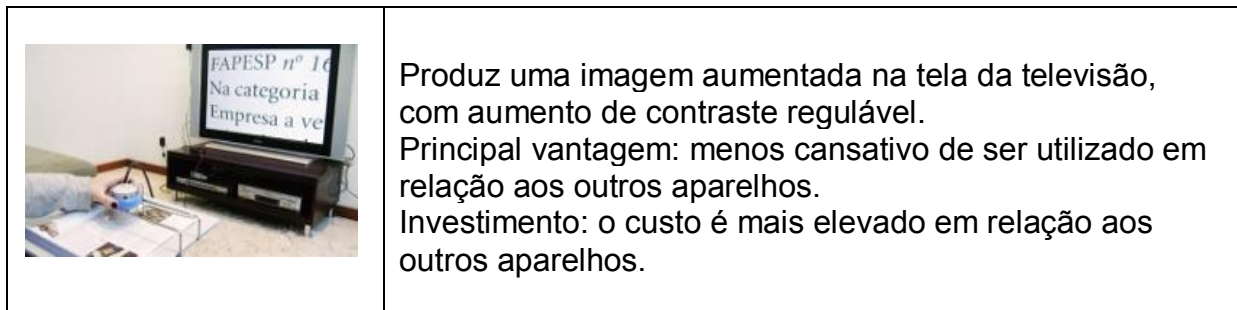
Fonte: <http://www.ofthalmopediatria.com.br/medica.php>. (2013)

Figura 7 Telelupas



Fonte: <http://www.ofthalmopediatria.com.br/medica.php>. (2013)

Figura 8 Circuito fechado de televisão



Fonte: <http://www.ofthalmopediatria.com.br/medica.php>. (2013)

Por sua vez, os recursos não ópticos são conseguidos através de pequenas modificações das condições ambientais onde o aluno se encontra, o desempenho visual e as condições gerais do educando podem melhorar por meio de adaptações simples e específicas para cada pessoa devendo ser disponibilizados na medida do possível (KUHL, 2013).

- Iluminação
- Guia de Leitura
- Caderno com pauta ampliada e reforçada
- Lápis 3B ou 6B
- Caneta hidrográfica
- Livros Didáticos ampliados
- Apoio para leitura

Figura 9 - Exemplos de recursos não ópticos



lápiz 6B, canetas ponta porosa preta, caderno de pauta ampliada



Prancha de apoio

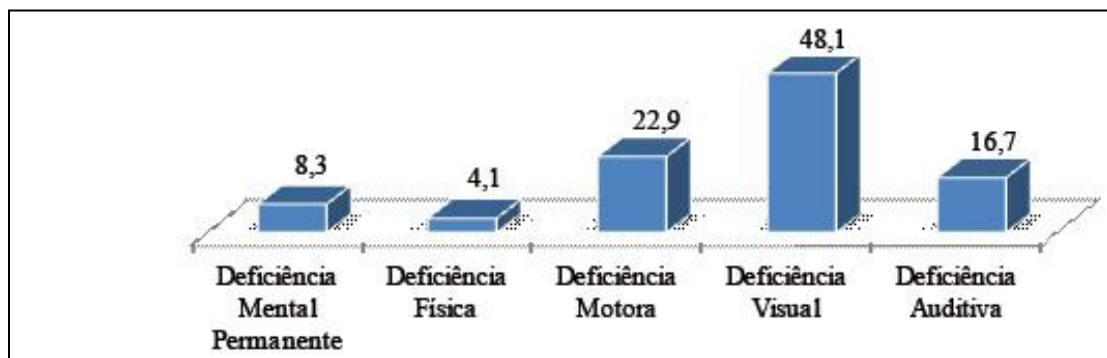


Guia de leitura

Fonte: <http://www.sme.pmmc.com.br> (2013)

Para efeito de comparação seguem os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ultimo censo demográfico (2010), apresentados na Figura 10.

Figura 10 – Comparação entre os tipos de deficiência na população brasileira (em milhões)



Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2010)

Observa-se, por meio dos dados apresentados na Figura 10, que o maior número de pessoas registrado na pesquisa do IBGE (2010) corresponde aquelas com deficiência visual (48,1 milhões). Esse é um contingente que, certamente, requer atenção porque são cidadãos brasileiros que necessitam estar amparados por políticas efetivas de acesso e uso da informação para serem incluídos socialmente e apresentarem melhoria em sua qualidade de vida.

Esses dados indicam a necessidade de se refletir sobre a questão da inclusão social dessas pessoas, destacando-se a importância da informação para a

construção de conhecimento que permite a elas exercer a cidadania³ e serem incluídas na sociedade em que vivem.

Desse modo, vale lembrar que, na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, no artigo 21, deparamos com a Declaração dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que estabelece que:

Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade, sem interferências, de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independente de fronteiras. (CORDE, 2008).

Essa declaração, no entanto, não garantiu a formalização deste direito, tornando-se necessária a convenção internacional, proclamada também pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 13 de dezembro de 2006, argumentando sobre os obstáculos que impedem o pleno exercício deste direito, elencando a falta de acesso aos meios necessários que lhes garantam receber e transmitir as informações que lhes interessam. Em uma perspectiva mais abrangente, as dificuldades relatadas acima, abriram espaços para novas abordagens jurídicas na questão dos Direitos Humanos, contemplando a comunicação por meio das Tecnologias da Informação e da Comunicação e das ajudas técnicas, que asseguram o desenvolvimento de todas as suas capacidades e acessos para uma vida independente.

O artigo 17 da Lei 10.098/2000 ratifica que o poder Público deve promover a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial, incluindo os recursos de acessibilidade na televisão.

Com impacto do artigo mencionado acima, o Ministério das Comunicações aprovou, mediante os termos da Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, a Norma Complementar nº 01/2006, que estabeleceu e definiu os recursos de acessibilidade na programação veiculada nos serviços de radiodifusão e de retransmissão de televisão o direito à audiodescrição:

³ Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações e lutar para que sejam colocados em prática. Exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. (BRASIL, 2009).

Narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a compreensão por pessoas com deficiência visual e intelectual. Deverá ser transmitida através do programa Secundário de Áudio (SAP), sempre para o programa falado em português. (BRASIL, 2010).

2.3.3 Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual

Podemos considerar a ideia da inclusão social de acordo com Aranha (2000), como uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade, garantindo o acesso de todos a oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social, ou seja, a inclusão social aborda questões como o respeito às diferenças e à participação igualitária dos cidadãos. Essa temática da inclusão social é de grande relevância em nossa sociedade, por estarmos vivendo em uma época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social de cada pessoa, a despeito de suas características (de gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas), têm emergido uma questão ética, promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária (RORIZ; AMORIM; ROSSETTI-FERREIRA, 2005).

Entretanto, nessa perspectiva, fica nítida a necessidade da construção de uma verdadeira inclusão social, que deve ser efetivada por meio de políticas públicas, que devem viabilizar a inserção dos indivíduos aos meios sociais, possibilitando o seu acesso nos diferentes espaços (escolas, empresas, serviços públicos), garantindo a igualdade de oportunidades para que o indivíduo possa buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania.

No mundo atual, novas realidades e paradigmas integram a vida cotidiana. Defronta-se com uma sociedade mais permeável à diversidade, que questiona seus mecanismos de segregação e vislumbra novos caminhos de inclusão social da pessoa com deficiência.

A inclusão é algo complexo e que envolve todas as esferas da sociedade. Quando pensamos em inclusão, devemos alertar que ela envolve as questões de normalidade e de particularidades de cada cidadão. Neste sentido, as estratégias

para que a inclusão aconteça necessitam passar por uma quebra de barreiras atitudinais e arquitetônicas.

A questão relativa à inclusão é tratada atualmente por vários autores, entre eles Sasaki (2006), que ressalta que a sociedade e as pessoas com necessidades especiais precisam buscar adaptações e equiparação de oportunidades.

Outros autores que se destacam nas questões inclusivas são Mantoan; Prieto, (2006), ao declarar que a sociedade inclusiva é aquela que tem por objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autodeterminada. Uma sociedade aberta a todos, que estimula a participação de cada um, aprecia as diferentes experiências humanas e reconhece o potencial de todo o cidadão.

Promover a inclusão social significa tornar as pessoas participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos de construir uma sociedade com oportunidades de condições de igualdade e nesse contexto, merece destaque especial, portanto, as questões do direito à acessibilidade na mídia.

2.3.4 A acessibilidade como um direito e superação de barreiras

Somos diferentes, mas não queremos ser transformados em desiguais. As nossas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais. (Peça de Teatro: Vozes da Consciência, BH).

De acordo com o Decreto nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004, a acessibilidade está relacionada à oferta de condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Ainda, neste Decreto, existe a informação de que esses impedimentos são denominados "barreiras", quando existir qualquer entrave ou obstáculo que limite ou não permita o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou de terem acesso à informação. Este Decreto regulamenta a lei de acessibilidade nº 10098/ 2000, no

que refere à acessibilidade na internet, telefonia, televisão e tecnologias assistivas em técnicas e serviços. Isso foi ampliado por meio da convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que ganhou *status* constitucional a partir da promulgação do Decreto nº. 6949/2009 e, prevê também o direito à acessibilidade no sentido de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, além de garantir o respeito pela sua dignidade.

O autor Sasaki (2006), aponta seis campos de abrangência da acessibilidade, que podem ser interligados e sintetizados como:

- **Acessibilidade arquitetônica:**

Sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.

- **Acessibilidade comunicacional**

Sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual, etc), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas, uso do computador portátil), e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

- **Acessibilidade metodológica:**

Sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar) e de trabalho (profissional), durante a execução de tarefas, ergonomia, fluxograma, etc.

- **Acessibilidade instrumental:**

Sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo e de trabalho (ferramentas, máquinas, lápis, caneta, teclado de computador, entre outros), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc).

- **Acessibilidade programática:**

Sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc).

- **Acessibilidade atitudinal:**

Sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral, como forma de práticas de sensibilização e de conscientização.

Em relação aos deficientes visuais, existe uma tipologia com características próprias em relação à acessibilidade e que serão descritas a seguir.

No que diz respeito aos deficientes visuais, existem vários tipos de acessibilidade que serão descritos a seguir.

2.3.4.1 Tipos de acessibilidade para deficientes visuais

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CORDE, 2008), refere-se à acessibilidade como sendo uma ferramenta para que as pessoas com deficiência busquem a sua autonomia em todos os aspectos da vida.

Destacam-se, assim, diversos tipos de acessibilidade para o deficiente visual que vão desde acessos físicos, como outras formas de acessibilidade que se denominam como tecnologia assistivas ou ajudas técnicas.

Inicia-se retratando a acessibilidade ao meio físico, pois, de acordo com a CORDE (2008) a acessibilidade ao meio físico promove a inclusão, a equiparação de oportunidades para o deficiente exercer plenamente a cidadania, assim como, fomentar ações que garantam o acesso que envolve desde transporte, equipamentos urbanos, circulação em áreas públicas e outros.

Sabe-se que a problemática da acessibilidade física ao ambiente construído vem sendo preocupação da sociedade brasileira. Contudo, o tema se encontra em diferentes situações em diversas cidades no Brasil. De modo geral, observa-se uma transformação a partir da década de 1990, quando alguns projetos iniciaram a incorporação de elementos acessíveis (MONTENEGRO, 2009).

Com a determinação do Decreto nº 5.296/2004, que definiu prazos para atendimento das condições de acessibilidade (tanto nas vias públicas, como nas edificações), a inserção da acessibilidade passou a ser uma questão prioritária no planejamento das cidades e nos projetos urbanos e de edificações, a fim de garantir o direito de ir e vir desta clientela com segurança e autonomia.

2.3.4.1.1 Acessibilidade em meio físico

Alguns exemplos de acessibilidade no meio físico para o Deficiente Visual são apresentados a seguir, a título de ilustração:

- **Faixas de utilização da calçada**

Para melhor entendimento e planejamento de usos na calçada, faz-se sua divisão em três faixas distintas: faixa de serviço, faixa livre e faixa de acesso. Os valores máximos admissíveis para cada faixa dependerão da área disponível de calçada.

Figura 11 - Faixa de utilização da calçada



FONTE: Guia de acessibilidade: Espaço Público e edificações (2013)

- **Piso tátil**

Em conformidade com as Normas da ABNT NBR 9050:2004 para acessibilidade, o piso tátil, consiste em placas de borracha antiderrapante em dois tipos: com sinalização de alerta, formada por superfície tipo moeda indicando mudança de direção; e direcional formada por linhas longitudinais em relevo para indicar a direção a ser seguida pelo deficiente visual.

Figura 12 - Piso Tátil



Fonte: <http://www.mercur.com.br/index.php/conteudo/show/menu/24/id/123>, (2013)

- **Semáforo**

Instalação de sinais sonoros com botoeiras para orientar e auxiliar a travessia da Pessoa com deficiência visual.

Figura 13 – Semáforo



Fonte: http://www.farolsinalizacao.com.br/botoeiras_sonoras.asp, (2013)

- **Placas táteis**

Para a identificação de ambientes internos, deve ser utilizada na forma de PLACAS TÁTEIS, instaladas na parede ou diretamente na porta. A informação deve utilizar a linguagem Braille, direcionada para pessoas que foram alfabetizadas nesta linguagem, e em relevo, para as pessoas acostumadas à leitura tradicional. As placas táteis devem conter o Símbolo Internacional de Acessibilidade (SIA) e possuir cores contrastantes (figura e fundo), de modo a ser facilmente percebida e utilizada por pessoas com deficiência visual.

Figura 14 - Placa tátil



Fonte: Total Acessibilidade (<http://www.totalacessibilidade.com/produtos.php?codcat=18>), (2013)

- **Mapa tátil**

Para orientação das pessoas com deficiência visual dentro do edifício, além de rota acessível, a edificação de uso público ou coletivo, bem como a de uso privativo em suas áreas de uso coletivo, deve utilizar o “mapa tátil”, o qual deverá se localizar em ponto de fácil acesso e próximo à entrada principal.

Figura 15- Mapa Tátil



Fonte: Arco sinalização Universal

<http://www.arcomodular.com.br/portugues/produtos/sinalizacao-tatil/mapas-tateis>, (2013)

2.3.4.1.2 Acessibilidade em meios de informação e comunicação

Reitera-se, que se vivencia uma nova sociedade, conhecida como sociedade da informação e conhecimento, segundo autores como Castells (2005). Um dos fatores críticos para o sucesso desta sociedade é o acesso e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Estas tecnologias, no entanto devem estar disponíveis ao maior número possível de cidadãos, evitando-se, principalmente a exclusão social.

Nos dias atuais, esse direito à informação é um tema universalmente debatido, assim como a acessibilidade nos meios de comunicação também tem sido pauta no mundo todo. Em decorrência, na tentativa de atender a esse requisito essencial, já é possível contar com uma ampla tecnologia para viabilizar esta acessibilidade.

No âmbito da Educação Inclusiva, destacam-se alguns recursos imprescindíveis para as pessoas com deficiências visuais, a saber:

- **Braille**

Sistema de leitura com o tato para cegos inventado pelo francês Louis Braille (1809/1852). Sistema Braille é um alfabeto convencional, cujos caracteres se indicam por alto-relevo. A partir dos seis pontos salientes, é possível fazer 63 combinações que podem ser representadas: letras simples ou acentuadas, pontuações, algarismos, sinais algébricos e notas musicais. Uma descrição é apresentada na Figura 16.

Figura 16 – Exemplo do Alfabeto Braille

ALFABETO BRAILLE, PONTUAÇÃO E OUTROS SINAIS

<table style="border: 1px solid black; width: 60px; height: 60px; margin: auto;"> <tr><td style="width: 15px; height: 15px;">1</td><td style="width: 15px; height: 15px;">•</td><td style="width: 15px; height: 15px;">•</td><td style="width: 15px; height: 15px;">4</td></tr> <tr><td style="width: 15px; height: 15px;">2</td><td style="width: 15px; height: 15px;">•</td><td style="width: 15px; height: 15px;">•</td><td style="width: 15px; height: 15px;">5</td></tr> <tr><td style="width: 15px; height: 15px;">3</td><td style="width: 15px; height: 15px;">•</td><td style="width: 15px; height: 15px;">•</td><td style="width: 15px; height: 15px;">6</td></tr> </table>						1	•	•	4	2	•	•	5	3	•	•	6
1	•	•	4														
2	•	•	5														
3	•	•	6														
a	b	c	d	e	f	g	h	i	j								
k	l	m	n	o	p	q	r	s	t								
u	v	w	x	y	z	ç	á	é	í								
ó	ú	à	è	ì	ò	ù	â	ê	ô								
ã	õ	î	û	,	;	:	. ' ?	!									
...	-	-	"	"	«	»	*	&									
reticências	hifen	travessão	abre/fecha vírgulas altas	abre/fecha aspas	asterisco / Itálico												
/		()	[]												
barra obliqua	barra vertical	abre parêntesis curvo	fecha parêntesis curvo	abre parêntesis recto	fecha parêntesis recto												

Fonte: <http://www.uern.br/graduacao/dain/home.html>, (2013)

Figura 17- Máquina de Braille



Fonte: <http://www.laratec.org.br/MBrailleLM.htm>, (2013)

- **Acessibilidade na WEB**

É o direito das pessoas com deficiência visual de utilizar a Web, projetada de modo que elas possam perceber, entender, navegar e interagir de uma maneira efetiva, bem como criar e contribuir com conteúdos (QUEIROZ, 2008).

- **Leitores de tela**

É um software usado para obter resposta do computador por meio sonoro, usado principalmente por deficientes visuais, que interpreta os conteúdos de texto da tela e os apresenta através de um sintetizador de voz ou impresso em Braille (QUEIROZ, 2006).

Entre os programas mais utilizados para os deficientes visuais são apresentados no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Leitores de tela mais utilizados pelos deficientes visuais



Fonte : <http://acessibilidade.w3c.br/pesquisa/resultados-preliminares/>, (2013)

Não será demais detalhar os leitores de tela mais utilizados pelas pessoas com deficiência visual indicados no Gráfico 1, a saber:

1. **NVDA** (Non Visual Desktop Access): é um leitor de telas gratuito e de código aberto, ou seja, é um software totalmente livre de custos. De acordo com Brasil (2009), trata-se de um software com código aberto, para o ambiente Windows, que disponibiliza síntese de voz em diversos idiomas, incluindo o português brasileiro. O NVDA é escrito na linguagem de programação Python e é construído em módulos, onde a maior parte de seu código pode ser facilmente expandida com a finalidade de suportar novos programas e/ou controles no Windows

2. **JAWS**: este leitor de tela interage com o sistema operacional Windows, verbalizando todos os eventos que ocorrem no computador, por meio das teclas de atalho. A velocidade da leitura pode ser ajustável conforme a preferência de cada usuário. Após a instalação do Jaws, que também é verbalizada, é possibilitada a utilização da grande maioria dos aplicativos existentes para esse sistema operacional, como: *Microsoft Office, Internet Explorer, Outlook Express, softwares de mensagens instantâneas, Thunderbird*, entre outros.

3. **DOS VOX**: uma interface especializada que se comunica com o usuário, em Português, por meio de síntese de voz, viabilizando, desse modo, o uso de computadores por deficientes visuais. Disponibiliza um sistema completo, incluindo desde edição de textos, jogos, browser⁴ para navegação na Internet e utilitários. Uma das importantes características desse sistema é que ele foi desenvolvido

com tecnologia totalmente nacional, desenvolvido pelo (NCE) Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), sendo o primeiro sistema comercial a sintetizar vocalmente textos genéricos na língua portuguesa. Tanto o software quanto o hardware são projetos originais, de baixa complexidade, adequados à nossa realidade.

4. **VIRTUAL VISION:** é uma aplicação da tecnologia de síntese de voz, um leitor de tela que interage com os aplicativos do Windows “varrendo” os programas em busca de informações que podem ser lidas para o usuário, possibilitando a navegação por menus, telas e textos presentes em praticamente qualquer aplicativo. Idealizado pela Diretoria da Organização Bradesco e a Scopus (empresa da organização voltada ao desenvolvimento de sistemas de informática) e a MicroPower, especializada em softwares, para viabilizar gratuitamente e atender as solicitações de clientes com deficiência visual.

5. **VOICE OVER :** O "Voiceover" é um recurso de acessibilidade disponível nos sistemas operacionais da Apple. Trata-se de um leitor de telas controlado por gestos. Com este recurso, os deficientes visuais podem interagir facilmente com os dispositivos da Apple. O VoiceOver é o primeiro leitor de tela que funciona tranquilamente com os monitores em braille. É só conectar e sincronizar o monitor para que o VoiceOver mostre uma descrição em Braille

6. **ORCA:** leitor de tela Orca é o leitor para ambiente gráfico Gnome mais utilizado no Linux. O Orca é um leitor de tela feito para trabalhar com aplicações e ferramentas que suportem ATSPI (Interface de Provedor de Serviço de Tecnologia Assistencial) como o ambiente de trabalho GNOME, utilizado em distribuições GNU/Linux e em sistemas Unix. O ORCA prove ao usuário autonomia para navegar pelo sistema operacional Linux e aos aplicativos do ambiente GNOME.

7. **NARRATOR:** é fornecido com um leitor de tela básico (Windows), que lê em voz alta o texto na tela e descreve alguns eventos (como uma mensagem de erro aparecendo) que ocorrem enquanto você usa o computador.

8. **CPqD:** leitor de tela CPqD é um software gratuito desenvolvido pela instituição independente CPqD em parceria com o Ministério das Comunicações. O leitor de tela Cpqd possui uma configuração limitada, impedindo o usuário de personalizar o software para trabalhar em harmonia com seu ambiente de trabalho. Possui um sintetizador de boa qualidade com ótima pronúncia e eloquência do idioma português. (BRASIL, 2009).

- **Display Braille**

É um hardware que exhibe dinamicamente em Braille a informação da tela ligada a uma porta de saída do computador, ou seja, um dispositivo de saída tátil para a visualização das letras no sistema Braille, por intermédio de um sistema

eletro mecânico, conjuntos de pontos que são levantados e abaixados, conseguindo assim uma linha de texto em Braille. (SANT'ANNA, 2006).

Figura 18- Display Braille



Fonte: <http://www.hims-inc.com/products/braille-edge-40/>, (2013)

- **Amplificadores de tela**

Os amplificadores de telas fazem a ampliação de textos e imagens na tela do computador para facilitar a sua utilização pelos deficientes visuais com baixa visão. Os amplificadores são conhecidos como lupa, lente de aumento e zoom em telas de acordo com Borges (2009).

Figura 19– Amplificadores de tela



Fonte: <http://www.civiam.com.br>, (2013)

- **Sintetizador de voz**

Nestes sistemas, o computador fala por meio de uma placa de som, ou sintetizador de voz. A fala é bastante lenta, seletiva, visando apenas que o estritamente necessário seja reproduzido. Estes sistemas podem ser usados tanto por cegos totais como por pessoas com visão reduzida (BORGES, 2009).

Figura 20 – Sintetizador de voz



Fonte: <http://taensinosuperior.blogspot.com.br/2011/05/inclusao-digital-para-deficientes.html>. (2013)

Outros recursos são também utilizados visando à promoção da acessibilidade aos deficientes visuais. Entretanto, como a audiodescrição na TV digital, é o foco de interesse desta dissertação, será o próximo recorte a ser apresentado.

3 AUDIODESCRIÇÃO COMO RECURSO DE ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO DIGITAL

É importante salientar que a audiodescrição veio para ampliar as alternativas de acessibilidade nos meios audiovisuais, transformando imagens dinâmicas ou estáticas em uma descrição sonora, podendo ser aplicada a programas de televisão, DVDs, peças de teatro, fotografias, desfile de modas, eventos esportivos, histórias em quadrinhos, exposições, roteiros turísticos, entre, outros, exercendo a importante ação de responsabilidade social⁴.

É oportuno esclarecer, que no decorrer da pesquisa, encontramos grafias diferentes empregadas em relação ao objeto de estudo, podendo dizer: audiodescrição, áudio-descrição ou áudio descrição.

Adotaremos nesta dissertação, a audiodescrição e justificamos a escolha de acordo com a citação de Marinheiro (2010), que ressalta:

Que o elemento áudio não é hifenizado (nem acentuado graficamente) quando é o primeiro elemento de compostos". Assim, a grafia da palavra é audiodescrição, quer com o [*] Acordo Ortográfico de 1990 , quer com o [*] Acordo Ortográfico de 1945, que ainda vigora em Portugal (MARINHEIRO, 2010).

3.1 Aspectos históricos- conceituais

A audiodescrição é uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica⁵ que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar de acordo com Motta; Romeu Filho, (2010). Essa transposição caracteriza-se pela descrição objetiva de imagens que, paralelamente e em conjunto com as falas originais, permite a compreensão integral da narrativa audiovisual. (FRANCO, 2012).

⁴ Responsabilidade social é a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social (PETROBRAS, 2007).

⁵ Tradução intersemiótica, definida como tradução de um determinado sistema de signos para outro sistema semiótico, tem sua expressão entre sistemas os mais variados. Entre as traduções desse tipo, encontra-se a das artes plásticas e visuais para linguagem verbal (DINIZ, 2008).

Dessa forma vale ressaltar a citação da Minicom (2006), que se refere à audiodescrição como sendo:

A narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2006).

A audiodescrição é feita por meio da descrição oral das cenas durante um filme ou espetáculo. Ela permite que a pessoa com deficiência visual receba, por meio do audiodescritor, as informações sobre as imagens, paisagens, cenários, a arquitetura da cidade, as ruas, figurinos, expressões faciais, linguagem corporal, quantidade de pessoas nas cenas, movimentação de personagens e também as referências de mudança de tempo e espaço, tudo isso, no intervalo entre as falas. A partir das informações visuais fornecidas pela audiodescrição, a pessoa com deficiência visual poderá melhor elaborar suas ideias ao assistir o filme (MACHADO, 2011).

Nessa perspectiva e, de acordo com a definição de Motta; Romeu Filho (2010), audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como: aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora, atendendo não só o público com deficiência visual, mas também as pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

Estudos têm demonstrado que a primeira vez que a audiodescrição apareceu formalmente no mundo, foi na década de 1970, por meio de uma tese de mestrado, apresentada na Universidade de São Francisco pelo norte-americano Gregory Frazier, em 1975. (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

Embora estes dados tenham sido constatados na década de 1970, somente nos anos 80 é que a audiodescrição foi impulsionada e começaram a serem feitos estudos e experiências com resultados favoráveis comprovados tecnicamente em diferentes locais, tais como: teatros, museus e cinemas dos Estados Unidos.

Vale ressaltar que, em 1989, a audiodescrição foi realizada em alguns filmes do Festival de Cannes, estendendo-se rapidamente para alguns países da Europa, principalmente no Reino Unido, que foi o primeiro País a experimentar a audiodescrição na televisão. Esses testes culminaram na criação do *Descriptive Video Services*

Segundo Machado (2011), neste período, surge uma iniciativa britânica coordenada pela *Royal National Institute of Blind People* (RNIB), principal instituição que atende pessoas com deficiência visual no Reino Unido, que tomou conhecimento desse recurso de acessibilidade, mas concordou em esperar a publicação no jornal *British Journal of Visual Impairment* (BJVI) para começar a desbravar essa nova área. Foi então que, no começo do ano seguinte, o RNIB convidou o *South Regional Association for the Blind* (SRAB) para formar um grupo de trabalho para o desenvolvimento da audiodescrição no Reino Unido. De acordo com a mesma autora houve reuniões frequentes no período de 1986 a 1993 com representantes seletivos, entre, eles membros do RNIB, da SRAB, Artsline e audiodescritores, sendo lançada a semente da audiodescrição. Em agosto de 1986 o *Robin Hood Theatre* contatou o RNIB para falar sobre seu projeto “*Theatre for the Blind*” – teatro para cegos e meses depois surge a primeira peça de teatro com audiodescrição em solo britânico (RAFRAY; LAMBERT, 1997).

Em 1993, uma organização espanhola, conhecida como Fundação ONCE, que trabalha em prol das pessoas com deficiência, começou um programa de investigação e pesquisa em audiodescrição, que culminou com a publicação da norma UNE 153020, intitulada: *Audiodescripción para personas con discapacidad visual. Requisitos para la audiodescripción y elaboración de audioguias*. (POZZOBON; POZZOBON, 2011).

Atualmente, a acessibilidade nos meios de comunicação está em pauta no mundo todo, sendo uma realidade em cinemas, teatros, museus, programas de televisão e DVDs, com destaque em alguns países tais como: Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Estados Unidos e Uruguai.

Um dos primeiros registros que se tem notícia sobre o uso da audiodescrição no Brasil foi em 1999, de acordo com Martins (2002), quando a pedagoga Maria Cristina Martins desenvolveu o projeto videonarrado no Centro Cultural Louis Braille, em Campinas (SP), participando como narradora e fazendo intervenções quando havia ação e emoção não traduzidas pelos atores em palavras ou diálogos. Entre os

13 espectadores estavam jovens e adultos com deficiência visual e o objetivo principal do projeto era contribuir para a inclusão dos participantes no ambiente familiar, escolar, profissional e social.

3.2 Legislação e sua aplicação no Brasil

Respeitar as pessoas com deficiência é reconhecer que elas são cidadãos possuidores de direitos e de deveres, atentando especialmente para a área da acessibilidade comunicacional. A televisão é um dos meios de comunicação que tem a capacidade de contribuir para a sociedade inclusiva.

No âmbito do conjunto de leis e normas, encontramos algumas que destacam a programação acessível na TV. Dentre elas estão a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000; o Decreto Lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004; a Norma Complementar 01/2006 do Ministério das Comunicações; e a Norma Técnica ABNT NBR 15290:2005, a qual será descrita juntamente com um breve resumo das definições deste conjunto de regras, para melhor compreensão:

- Lei 10.098, de dezembro de 2000, no tocante a critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos na comunicação, para garantir igualdades de oportunidade.

- Decreto Lei 5.296 de 2004, trata do conceito de acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2004)

Destaca-se também a ABNT NBR 15290/ 2005, que foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Comunicação definindo:

A descrição em áudio de imagens e sons como Narração descritiva em voz de sons e elementos visuais-chave - movimentos, vestuário, gestos, expressões faciais, mudanças de cena, textos e imagens que apareçam na tela, sons ou ruídos não literais despercebidos ou incompreensíveis sem o uso da visão (ABNT, 2005b).

Ressalta-se nesse panorama as normas da ABNT NBR 15290: 2005, que trata da acessibilidade em comunicação, onde no item 3 retrata:

3.1 acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência.

3.2 barreiras à comunicação: Qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sendo ou não de massa (Lei Federal nº 10.098/00).

3.3 CC (closed caption): Legenda oculta em texto que aparece opcionalmente na tela do televisor, a partir do acionamento do dispositivo decodificador, interno ou periférico. Disponível somente em televisores que possuam decodificador. Concebida originalmente para surdos.

3.4 CC ao vivo (legenda oculta ao vivo): Legenda produzida em tempo real, ou seja, no mesmo instante em que o programa está sendo exibido. É utilizada em programas de auditório, jornalísticos, esportivos etc.

3.5 CC pré-gravada (legenda oculta pré-gravada): Legenda produzida após o programa pronto e gravado. É utilizada em filmes, novelas, desenhos animados, comerciais etc.

3.6 codificador de closed caption (encoder): Dispositivo eletrônico que insere as informações de CC na linha 21 do VBI do vídeo do programa que será transmitido pela emissora.

3.7 decodificador de closed caption (decoder): Dispositivo que reconhece e transforma em legenda de texto, na tela do televisor, as informações de CC contidas no VBI (linha 21) do sinal do vídeo. Pode ser interno, embutido no televisor, ou periférico.

3.8 decodificador de SAP: Dispositivo que reconhece e transmite os sinais do programa secundário de áudio, quando acionada a tecla SAP.

3.9 deficiência: Perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere impossibilidade ou dificuldade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

3.10 descrição em áudio de imagens e sons: Narração descritiva em voz de sons e elementos visuais-chave – movimentos, vestuário, gestos, expressões faciais, mudanças de cena, textos e imagens que apareçam na tela, sons ou ruídos não literais – despercebidos ou incompreensíveis sem o uso da visão.

3.11 desenho universal: Forma de conceber produtos, meios de comunicação, serviços e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades. O conceito de desenho universal tem como pressupostos:

- a) equiparação nas possibilidades de uso;
- b) flexibilidade no uso;
- c) uso simples e intuitivo;
- d) captação da informação;
- e) tolerância para o erro;
- f) dimensão e espaço para o uso e interação.

3.12 dublagem: Tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em

português, sincronizadas (no tempo, entonação, movimento dos lábios das personagens em cena etc.).

3.13 DVD (*digital versatile disc*): Aparelho ou mídia para reprodução ou gravação de áudio e vídeo com recursos que possibilitam a inclusão de várias trilhas de áudio e legendas em vários idiomas.

3.14 EDS (*extended data services*): Serviço utilizado para transmissão de outros dados, além do CC, podendo transmitir informações do programa que está no ar, grade de programação, título do filme, duração do filme etc.

3.15 fitas VHS: Fitas magnéticas onde são gravados sinais de vídeo e de áudio, para reprodução no televisor.

3.16 IP (*internet protocol*): Protocolo de internet.

3.17 janela de LIBRAS: Espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS.

3.18 legenda aberta (*subtitling*): Tradução escrita da língua estrangeira falada no programa, destinada à audiência que necessite da tradução. Quando disponível aparece na tela do televisor, não necessita de decodificador.

3.19 LIBRAS: Língua de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, que constitui o sistema lingüístico de comunidades surdas do Brasil.

3.20 linha 21 ou 284: Linhas do sinal de vídeo utilizadas para transmitir as informações do CC, entre outras, dinâmicas ou estáticas.

3.21 pop-on (legenda instantânea): Legenda que aparece na tela de uma só vez, permanece por tempos determinados de exposição, normalmente em sincronia com o áudio, e em seguida desaparece ou é substituída por outra legenda. É utilizada no sistema de CC pré-gravada.

3.22 roll-up (legenda em rolamento): Legenda que aparece na tela, linha por linha. À medida que vai sendo produzida, a linha de baixo sobe, dando lugar à nova linha. É utilizada no sistema de CC ao vivo.

3.23 SAP (*secondary audio program* ou *programa secundário de áudio*): Segundo canal de áudio para a programação, disponível somente em televisores que possuam decodificador.

3.24 TV: Redes televisivas.

3.25 UHF: *ultra high frequency* ou frequência ultra-alta.

3.26 VBI: *vertical blanked interval* ou intervalo vertical de apagamento.

3.27 VHF: *very high frequency* ou frequência muito alta.

3.28 VHS: *video home system* ou sistema de vídeo doméstico. (ABNT,2005)

Vale considerar também o item 06 da ABNT (2005 b) no que tange às características gerais para a descrição da audiodescrição:

6.1 Características gerais para a descrição em áudio de imagens e sons:

A descrição em áudio de imagens e sons deve transmitir de forma sucinta o que não pode ser entendido sem a visão. Devem ser evitados monotonia e exageros.

6.2 Compatibilidade

A descrição deve ser compatível com o programa:

- a) a narração deve ser objetiva na programação para adultos e mais poética em programas infantis;
- b) em filmes de época devem ser fornecidas informações que facilitem a compreensão do programa;
- c) a descrição subjetiva deve ser evitada.

6.3 Diferenciação

No SAP, a descrição em áudio de imagens e sons deve estar diferenciada do som do programa. Para permitir melhor compreensão do programa, sempre que possível, a descrição deve aproveitar as pausas naturais entre os diálogos. (ABNT, 2005b)

Como é possível notar, a acessibilidade comunicacional começou a ser discutida no âmbito da radiodifusão após a Lei 10.098/2000, conhecida como Lei da Acessibilidade e pelo Decreto 5.296/2004 que a regulamenta, abrindo espaço para a Norma Complementar 01/2006 MINICOM, do Ministério das Comunicações. Trata dos recursos de acessibilidade, para as pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, citando aqui a audiodescrição que corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a escrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos e compreendidos pela pessoa com deficiência visual.

Segue na íntegra o artigo que se refere à audiodescrição, entendida como descrição e narração, em voz de cenas e imagens: Artigo do Decreto 5.296/2004 que passaram a vigorar com uma nova redação:

Art. 52. Caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual.

Parágrafo único. Incluem-se entre os recursos referidos no caput:

- I - circuito de decodificação de legenda oculta;
- II - recurso para Programa Secundário de Áudio (SAP); e
- III - entradas para fones de ouvido com ou sem fio.

Art. 53. Os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas previstos no art. 19 da Lei nº 10.098, de 2000., serão regulamentados, em norma complementar, pelo Ministério das Comunicações.

§ 1º O processo de regulamentação de que trata o caput deverá atender ao disposto no art. 31 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 2º A regulamentação de que trata o caput deverá prever a utilização, entre outros, dos seguintes sistemas de reprodução das mensagens veiculadas para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual:

- I - a substituição por meio de legenda oculta;

II - a janela com intérprete de LIBRAS;

III - a descrição e narração em voz de cenas e imagens.

§ 3º A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República assistirá o Ministério das Comunicações no procedimento de que trata o § 1º. (BRASIL,2004).

Todavia, diante das novas fronteiras conquistadas o Ministério das Comunicações institui a norma complementar para definir prazos, no contexto brasileiro, para que as emissoras pudessem promover as adequações necessárias em sua programação, além de apresentar um cronograma progressivo de quantidade diária de programação, definindo um prazo de dois anos.

É oportuno registrar que após este prazo, portarias foram editadas para suspender esta exigência da audiodescrição e para conceder novos prazos. Surge, então, a Portaria 985, de 26 de novembro de 2009. No uso de suas atribuições confere novos prazos: assim, de acordo com um cronograma instituído para os serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão o prazo de doze meses é formalizado a partir de 1º de julho de 2010.

Nesse particular, Machado (2011) cita que houve alteração na inserção da audiodescrição explicitado na Portaria nº188 – publicada em 2010 – que altera a obrigatoriedade da inserção da audiodescrição, válida agora somente para as transmissões digitais, e estipula o novo cronograma de programação com esse recurso:

Considerando o prazo de dois anos após a publicação das portarias nº 310 (julho de 2006) e nº 985 (novembro de 2009), observa-se que enquanto a primeira tinha proposto 2h/dia (14h/semana), a segunda propôs 2h/semana. Nota-se uma perda extrema: de 8,33% da programação semanal na proposta feita em 2006 (portaria nº 310) para 1,19% na proposta feita em 2009 (portaria nº 985). Considerando a portaria nº 310, já com 36 meses a partir da publicação, deveriam ter 4h/dia (29h/semana) de audiodescrição na programação televisiva; a portaria nº 985 propôs que ao final do prazo do cronograma (julho de 2020) deverão ter o recurso de acessibilidade em apenas 24h/semana. Ou seja, o máximo proposto pela portaria nº 985 referente a 14,28% da programação semanal, é menos do que a proposta da portaria nº 310 para o 3º ano de vigor da mesma (29h/semana equivalente a 17,26%). Por enquanto, a obrigatoriedade de somente duas horas por semana de programação com audiodescrição, quantidade que, segundo a regulamentação do Ministério das Comunicações, aumentará para 20 horas semanais até 2020 (MACHADO, 2011).

3.3 A audiodescrição como recurso comunicacional na Televisão Digital

Reporta-se, como reflexão inicial, que:

No Brasil, as discussões sobre a questão da acessibilidade culminaram na elaboração de uma legislação específica. A Lei nº 10.098, conhecida como “lei da acessibilidade”, estipula prazos e regulamenta o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência no que diz respeito a projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra com destinação pública ou coletiva. No que se refere aos meios de comunicação, a Lei que entrou em vigor no dia 1º de julho de 2011, tornou a audiodescrição um direito garantido pela legislação brasileira, obrigando as emissoras de TV com sinal digital a oferecer duas horas diárias de programação audiodescritiva. O número de horas deverá aumentar gradativamente para que toda a grade esteja acessível. O recurso da narração deve estar disponível na função SAP (Programa Secundário de Áudio). Além da programação em português, os filmes, documentários e programas transmitidos em outro idioma também terão que ser integralmente adaptados, com dublagem do diálogo ou voz do narrador. (MAYER; GUIMARÃES, 2011).

Considera-se, também, que segundo Machado (2011), a audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional que narra descritivamente elementos visuais proporcionando autonomia para aquele que não pode fazer uso da visão, oferecendo uma descrição clara e objetiva garantindo assim o direito à informação.

No processo de roteirização para a audiodescrição de um filme, o audiodescritor percebe a imagem de modo próprio, abstrai sua ideia e parte para a tarefa de descrevê-la de modo objetivo e claro (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010). Isso é perfeitamente aplicável à TV digital, considerando que esta mídia permite ampliar este acesso. Entretanto, ainda, é denominado pequeno o número de pessoas que possui equipamento para a recepção digital, devido ao alto custo ou ausência do sinal digital aberto na maioria das cidades. Neste caso, a transmissão da audiodescrição somente pela televisão digital é um fator de limitação.

Desta forma, para que a audiodescrição aconteça há necessidade de um audiodescritor- roteirista que estuda a obra a ser descrita e produz um roteiro com os textos a serem narrados. As falas audiodescritas acontecem entre falas do áudio do filme, para que haja no roteiro a indicação exata de onde cada fala deve ser encaixada no áudio original do filme. Sendo assim, é necessário que o audiodescritor trabalhe a partir de uma cópia do filme com *Time Code* aparente (referência de tempo que sincroniza áudio e vídeo), uniformizando a linguagem e o vocabulário (POZZOBON; POZZOBON, 2011).

Nesse particular, destaca-se como sendo um dos grandes nomes da audiodescrição Frazier (1995), que menciona que o profissional audiodescritor, não pode se tornar o centro das atenções ao traduzir um evento visual. O momento desta locução da audiodescrição não tem foco na exibição dos dotes vocais ou das habilidades linguísticas do audiodescritor. O audiodescritor deve estar atento para a boa colocação de voz e correto conhecimento do vernáculo e dos diferentes registros que vai traduzir, concentrando-se em elementos/detalhes e priorizando informações, entre o áudio do filme e a audiodescrição.

Assim, podemos averbar alguns elementos visuais, baseados no estudo de Jimenez Hurtado; Rodriguez; Seibel (2010), por meio da análise de 210 roteiros audiodescritos de filmes espanhóis e que propôs alguns parâmetros fundamentais para tradução do audiodescritor, denominado como elementos visuais não verbais:

Quadro 4 – Principais elementos visuais não verbais de audiodescrição

ELEMENTOS VISUAIS NÃO VERBAIS	
1	Personagens
1.1	Apresentação
1.2	Identificação do ator ou atriz que interpreta o personagem
1.2.1	Atributos físicos
1.2.2	Idade
1.2.3	Etnia
1.2.4	Aspecto
1.2.5	Vestuário
1.2.6	Expressões faciais
1.2.7	Linguagem Corporal
2.	Estados
2.1	Estados emocionais
2.1.1	Positivos
2.1.1.1	Alegria
2.1.1.2	Ânimo
2.1.1.3	Serenidade
2.1.1.4	Ternura
2.1.2	Negativos
2.1.2.1	Tristeza
2.1.2.2	Desânimo
2.1.2.3	Desesperança
2.1.2.4	Ira
2.1.2.5	Medo
2.2	Estados físicos
2.3	Estados mentais
3	Ambientação
3.1	Localização
3.1.1	Espacial
3.1.2	Temporal
3.2	Descrição
3.3	Ações
4	Créditos
5	Inserções
5.1	Textos
5.2	Títulos
5.3	Legendas
5.4	Intertítulos

Fonte: www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/livro_audiodescriçao_transfornando_imagens_em_palavras.pdf. (2013)

A título de ilustração, seguem as figuras de n^{os} 21 a 23 retratando a função de audiodescritores.

Figura 21 - Audiodescritor em ação



Fonte: <http://tvcega.files.wordpress.com/2012/05/imagem7.png>, (2013)

Figura 22 - Atriz Graciela Pozzobon, na cabine de gravação de audiodescrição, durante o festival “Assim Vivemos”.



Fonte: <http://www.conexaominicom.mc.gov.br/materias-especiais/1009-acessibilidade-na-tv-voce-sabe-o-que-e-e-como-funciona>, (2013)

Figura 23 - Público em exibição de filme com audiodescrição, São Carlos (SP)



Fonte: Revista sentidos- foto SilvaJunior- 12.abr.12/folhapress, (2013)

Vale lembrar que, a audiodescrição deve estar disponível para quem assiste a programação pela televisão digital, ou seja, utilizando um conversor digital acoplado (ou que já está inserido) ao aparelho de televisão.

No Brasil, a audiodescrição vem sendo cada vez mais disponibilizada em produções e eventos artísticos, culturais, acadêmicos e especializados. A seguir, elencam-se nos quadros 5 a 7, a programação da TV, programas e comerciais de TV e desenhos animados com o recurso de acessibilidade por meio da audiodescrição.

Quadro 5 - Programação da TV com a audiodescrição

Programação da TV com a audiodescrição			
<i>Dia da semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Canal</i>	<i>Nome do programa</i>
Domingo	13h	TV Globo	Temperatura máxima
Segunda-feira	22h	TV Globo	Tela Quente
Terça-feira	---	---	---
Quarta-feira	---	---	---
Quinta-feira	---	---	---
Sexta-feira	18h	SBT	Chaves
Sábado	06h	SBT	Chaves
	22h15	MTV	Comédia MTV

Fonte: <http://comaudiodescricao.blogspot.com.br/p/comerciais-de-tv.html>, (2013)

Quadro 6 - Lista de programas e comerciais de TV com audiodescrição e período de exibição.

Lista de programas e comerciais de TV com audiodescrição			
Nome do programa / comercial	Colaboração	TV	Período de exibição
Vida em Movimento	Livia Motta	TV cultura	Novembro de 2008 a janeiro de 2009, com reexibição em dezembro de 2009
Programa Assim Vivemos	Lavoro Produções	TV Brasil	Março a setembro de 2009
Programa Especial	Virgínia Menezes e Ana Fátima Berquó	TV Brasil	Março de 2009 até o presente momento
Chaves	---	SBT	Julho de 2011 até o presente momento
Tela Quente	---	TV Globo	julho de 2011 até o presente momento
Temperatura Máxima		TV Globo	julho de 2011 até o presente momento
Comédia MTV	Iguale	MTV	julho de 2011 até 29 de setembro/2013

Fonte: <http://comaudiodescricao.blogspot.com.br/p/comerciais-de-tv.html>, (2013)

Quadro 7- Lista de desenhos animados, audiodescritos por brasileiros, exibidos no Canadá.

Desenhos animados, audiodescritos por brasileiros, exibidos no Canadá		
Nome da peça publicitária	Responsável pela audiodescrição	Empresa ou instituição promotora do comercial
A grande história da água Natura Naturé	Igual	Natura
Natura mamãe e bebê	Igual	Natura
O que move você Natura Kayak	Igual	Natura
Natura banho de gato	Igual	Natura
Iguais na diferença	Pela inclusão das pessoas com deficiência	Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Fonte: <http://comaudiodescricao.blogspot.com.br/p/comerciais-de-tv.html>, (2013)

As modalidades de programação apresentadas nos Quadros 5 a 7 podem demonstrar que houve um aumento do uso da audiodescrição em diversas produções e eventos, assim como, de horizontes profissionais audiodescritores, que estão envolvidos neste processo de construção, atuando como agentes e promotores da acessibilidade na comunicação. Entretanto, há necessidade de se ampliar esses horizontes de forma mais intensa para poder atender às demandas e necessidades que se apresentam na sociedade contemporânea.

Tendo em vista o exposto, sentiu-se a necessidade de observar a situação da audiodescrição como recurso de acessibilidade aos deficientes visuais e sua utilização na TV digital, objeto de atenção do próximo item desta dissertação de mestrado.

4 AUDIODESCRIÇÃO EM TV DIGITAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO E DESCRITIVO

Considerando-se a necessidade de se observar uma realidade brasileira para verificar se a audiodescrição pode ser considerada um recurso para a acessibilidade de Pessoas com Deficiência Visual, foi desenvolvido um estudo exploratório e descritivo, apoiado em pesquisa bibliográfica em fontes impressas e eletrônicas e, ainda, em pesquisa de campo que contou com o apoio de pesquisa documental e também de entrevista estruturada. Os procedimentos metodológicos empregados nos estudos e pesquisas serão descritos na sequência.

4.1 Procedimentos metodológicos

Inicialmente, procedeu-se ao desenvolvimento de pesquisa bibliográfica que compreendeu a fundamentação teórica correspondente à literatura seletiva existente sobre o tema, constituída pela consulta e leituras de autores consagrados, cujas contribuições foram consideradas relevantes e pertinentes ao entendimento das bases legais da audiodescrição e sua importância e aplicabilidade como recurso de acessibilidade aos Deficientes Visuais.

A operacionalização dos objetivos propostos requereu o desenvolvimento de etapas metodológicas que se acham descritas a seguir:

1ª Etapa:

Esta etapa do trabalho teve como foco central a revisão de literatura de forma seletiva e visou uma fundamentação teórica e sistemática a partir do tema em questão.

Considerou-se como conceito desse tipo de pesquisa, segundo Marconi; Lakatos (2010) que é aquela sistemática que propicia a busca informações em fontes existentes, ou seja, em toda a literatura que já se tornou pública em relação ao tema estudado, envolvendo desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros etc.

A coleta de dados junto à literatura especializada envolveu a busca e informação junto às fontes impressas e eletrônicas, utilizando-se das seguintes

palavras-chave de acesso: televisão digital, audiodescrição, acessibilidade e Pessoa com Deficiência Visual.

Considerou-se para essa identificação, os princípios teóricos de Marconi; Lakatos (2010), sendo realizada por meio de um levantamento bibliográfico para recuperar as informações sobre o que já foi publicado sobre o tema e os aspectos que constam no esquema/sumário dos tópicos. O resultado constitui o referencial de apoio de cunho seletivo, contemplando aspectos histórico-conceituais acerca do tema central da dissertação.

2ª Etapa

Em complementação à etapa inicial, de cunho teórico, optou-se por desenvolver uma pesquisa de campo, mediante estudo exploratório e descritivo, considerando-se ser esta modalidade utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Para o desenvolvimento desta 2ª etapa metodológica, os seguintes procedimentos foram utilizados:

Passo 1º - Definição do universo da pesquisa e da população de interesse.

Como universo de pesquisa foi considerada a instituição denominada Lar Escola Santa Luzia para Cegos da Cidade de Bauru, cujo escritório central se encontra à rua Gerson França nº 11-61 e a sede de atividades práticas, localizada à Avenida Castelo Branco, nº 24-09. Essa instituição é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, mantida por sócios espontâneos que contribuem com quantias variáveis e também por convênios com a Prefeitura, parcerias com a Associação da Mulher Unimed (AMU), festas e campanhas promocionais que são realizadas pela instituição.

Figura 24- Lar Escola Santa Luzia para cegos (Bauru-SP)



Fonte: Lar Escola Santa Luzia para Cegos de Bauru (2013)

Atualmente, atende 60 usuários, na faixa etária entre 18 e 80 anos de idade, sendo que existe demanda latente com lista de espera para atendimento.

As atividades oferecidas são diversificadas com o objetivo de proporcionar ao deficiente visual sua capacitação para uma melhor qualidade de vida e independência, procurando diminuir barreiras e preconceitos existentes, sendo desenvolvidas de segundas às sextas-feiras, das 13h às 17h, ressaltando-se que os usuários são transportados com o ônibus escolar, cedido pela Secretaria da Educação do Município de Bauru.

A partir da definição desse universo de pesquisa, como população de interesse foram consideradas exclusivamente as Pessoas com Deficiência Visual, assistidas pelo Lar Escola universo desta pesquisa. Entretanto, para a seleção dos sujeitos foram considerados somente aqueles que apresentaram condições de compreensão do tema e de oferecimento de respostas que permitissem a aplicação da técnica de entrevista, uma vez que, paralelamente, além de existir a presença da deficiência visual, outras deficiências de natureza diversa que foram consideradas como barreiras à comunicação efetiva, também foram encontradas na população em foco. Além disso, como os usuários não frequentam diariamente o Lar Escola e também que precisavam anuir à participação na pesquisa, considerou-se o resultado obtido, que correspondeu a 20 sujeitos com Deficiência Visual e nível de compreensão adequados, como sendo uma amostra acidental e voluntária (LAVILLE;DIONNE, 1999).

Como ilustração do universo pesquisado, podem ser visualizadas, nas figuras 25 a 29, imagens do Lar Escola Santa Luzia para Cegos.

Figura 25 – Fachada e lateral do Lar Escola Santa Luzia para Cegos



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2013

Figura 26 – Atividades da escrita em Braille



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2013

Figura 27 – Atividades de artesanato



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2013

Figura 28 – Atividades Informática



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2013

Figura 29 – Atividades de Artes



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2013

Passo 2º - Coleta de dados

A coleta de dados foi desenvolvida mediante a realização da pesquisa documental e aplicação da técnica de entrevista, com fundamentos nos princípios de Marconi; Lakatos (2010). A pesquisa documental compreendeu o acesso e análise a documentos restritos, escritos ou não e que constituíram fontes primárias com informações que permitiram obter maior conhecimento sobre a instituição e os sujeitos selecionados para as entrevistas. Desse modo, os seguintes eventos foram desenvolvidos:

- Contatos inicial e posterior com a instituição:

Foi realizado contato inicial no ano de 2012, com a Assistente Social do Lar Escola Santa Luzia para Cegos, Sra. Leila Liz Romani, onde foi apresentada a proposta inicial da dissertação de mestrado, quando se recebeu a acolhida e anuência institucional para a realização da pesquisa de campo e das entrevistas com a população de interesse. Retornou-se, posteriormente, à instituição com a documentação necessária para a realização da pesquisa, de acordo com as normas regulamentares do Programa de Pós Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, que são:

- Solicitação para a realização da pesquisa junto à instituição
- Declaração de ciência e concordância das instituições envolvidas
- Termo de consentimento livre e esclarecido
- Identificação do sujeito da pesquisa
- Estágio institucional

Além disso, como atividade preliminar à consecução da pesquisa, sentiu-se a necessidade da realização de um estágio junto à Instituição Lar Santa Luzia para Cegos para estreitar a relação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, a fim de estabelecer laços de confiança e segurança no decorrer da coleta de dados mediante o uso da técnica de entrevista. No quadro 8 são descritos os períodos e atividades que foram desenvolvidas no estágio efetuado.

Quadro 8- Cronograma e atividades realizadas no estágio institucional

Cronograma	Atividades Realizadas	Carga horária	Total horas acumuladas
12/06/2013	Auxílio na atividade para alunos na fase de iniciação para alfabetização em Braille – Atividade na Cella ou Célula Braille (Espaço retangular, onde se produz um sinal em Braille).	03h	03h
13/06/2013	Auxílio na atividade para alunos na fase de iniciação para alfabetização em Braille-Atividade com a Cella.	03h	06h
14/06/2013	Confecção da Cella com material reciclado para a alfabetização em Braille.	03h	09h
17/06/2013	Confecção de material para escrita em Braille, com material reciclado.	03h	12h
18/06/2013	Adaptação de materiais para atividades artísticas	03h	15h
19/06/2013	Auxílio na atividade para alunos na fase de iniciação para alfabetização em Braille-Atividade com a Cella.	03h	18h
20/06/2013	Auxílio na escrita com a reglete (escrita mecânica) em Braille.	03h	21h
26/06/2013	Auxílio na escrita com a reglete (escrita mecânica) em Braille.	03h	24h
27/06/2013	Apoio na escrita com a Máquina Braille	03h	27h
28/06/2013	Apoio na escrita com a Máquina Braille	03h	30h

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Ressalta-se que, devido à realização do estágio na instituição, foi possível ter contato com os líderes, adquirir conhecimento prévio dos entrevistados, marcar com antecedência o horário e preparar um ambiente favorável para a coleta dos dados. Participar do estágio foi uma experiência enriquecedora, podendo constatar as diversas estratégias de adaptações para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual, entre elas, o auxílio na atividade de utilização do Braille. Foi

preciso inovar e elaborar estratégias de ensino para facilitar o aprendizado, respeitando a individualidade, a forma de como cada um aprende. Enfim, considera-se muito valioso o caminho percorrido no estágio, onde foi possível se deparar com o universo, até então desconhecido, mas cheio de descoberta e realizações, o que despertou sentimento de muito orgulho e maior incentivo em aperfeiçoar e ampliar os conhecimentos na área de deficiência visual. Isso permitiu a realização das entrevistas com maior segurança e confiabilidade de ambas as partes – pesquisadora e sujeitos pesquisados.

- **Realização das entrevistas**

Após definir o perfil dos sujeitos a serem pesquisados, procurou-se elaborar um roteiro estruturado (Apêndice E) para a realização das entrevistas com apoio nos princípios de Marconi; Lakatos (2010), e que teve como objetivo principal a obtenção de informações dos entrevistados sobre a audiodescrição. O zoneamento desse roteiro obedeceu ao que segue: Identificação do sujeito pesquisado (sexo, idade, formação, natureza da deficiência visual e grau da deficiência); Assistência aos programas e filmes na TV; Conhecimento sobre a audiodescrição; Participação de pesquisa ou curso sobre audiodescrição; Opinião sobre a audiodescrição como recurso de acessibilidade da audiodescrição em programas de TV; Opinião sobre a audiodescrição na TV digital; Posicionamento sobre as regulamentações e legislação sobre a inserção da audiodescrição na programação da TV; e, Observação complementar sobre a audiodescrição.

O tipo de entrevista selecionado foi a estruturada, que requer que o entrevistador siga um roteiro previamente estabelecido, com possibilidades de comparar todas as respostas com o mesmo conjunto de perguntas.

Vale ressaltar, que segundo Marconi; Lakatos (2010), dentre as vantagens desta técnica da coleta de dados pode-se destacar:

- Há uma maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente, especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido.
- Oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz.

- Dá oportunidade para obtenção de dados que não se encontram nas fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.
- Permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico.

Para a análise das questões abertas do roteiro da entrevista foi utilizado o método da análise de conteúdo de Bardin (2000), tendo sido efetuadas as categorizações necessárias para a interpretação das respostas oferecidas pelos entrevistados. Essas categorizações buscaram classificar o conteúdo de forma clara e explícita, tornando possível a sua melhor compreensão por meio do estabelecimento de unidades de análise que foram transformadas em palavras-chave, classificadas e identificadas pela similaridade das respostas e a comparação entre suas ocorrências.

- Diretrizes da entrevista

Foi definido um período (agosto a outubro/2013) para o desenvolvimento das entrevistas, considerando-se a sazonalidade das presenças dos usuários no Lar Escola, uma vez que os atendimentos obedecem a cronograma de necessidades e interesses dos usuários e do Lar Escola. As entrevistas ocorreram de maneira tranquila, num clima de confiança com os entrevistados, com uma conversação amistosa, explicando a finalidade da pesquisa, seu objeto de estudo e a relevância da pesquisa, assim como, a importância da colaboração dos entrevistados.

A formulação de perguntas ocorreu de forma padronizada, obedecendo-se ao roteiro da entrevista.

Os registros das respostas foram anotados no momento da entrevista pela pesquisadora, garantindo fidelidade e veracidade das informações, uma vez que esses registros reproduziram fielmente as mesmas palavras dos entrevistados. Não houve dificuldades para que os sujeitos pesquisados oferecessem respostas às perguntas efetuadas e o roteiro foi considerado validado e sem necessidade de ajustes.

O término da entrevista aconteceu em clima de cordialidade e confiança, onde os entrevistados apresentavam o sentimento de realização, em poder contribuir com a pesquisadora, deixando claro, que estariam à disposição para o que for necessário.

A pesquisadora efetuou agradecimentos aos sujeitos que participaram da pesquisa e também se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

4.2 Resultados e interpretação

Considerando-se que foram selecionados 20 sujeitos, efetua-se uma apresentação no Quadro 9, numa visão panorâmica do perfil dos sujeitos entrevistados, identificados como sujeito de A1 a A 20, classificados por idade, sexo, formação, natureza e grau da deficiência.

Quadro 9- Perfil dos sujeitos entrevistados

Visão panorâmica dos sujeitos entrevistados					
Sujeito	Sexo	Idade	Formação	Natureza da deficiência visual	Grau da deficiência Causa (opcional)
A.1	M	19	E.Fundamental	Adquirida	Cegueira:atrofia do nervo óptico
A.2	F	21	E. Fundamental	Adquirida	Cegueira: Hidrocefalia
A.3	F	23	E. Fundamental incompleto	Adquirida	Cegueira: Glaucoma
A.4	M	24	Ensino Médio	Adquirida	Cegueira:diabetes
A.5	F	25	Ensino médio	Adquirida	Baixa visão:diabetes
A.6	F	26	E. Fundamental	Adquirida	Cegueira: Olho esquerdo Baixa visão: olho direito 3% Inflamação no nervo óptico
A.7	F	36	E. Fundamental incompleto	Congênita	Baixa Visão: 5% de dia
A.8	F	40	Não tem	Adquirida	Baixa visão: olho direito Cegueira: olho esquerdo acidente
A.9	M	44	Ensino médio	Adquirida	Cegueira: acidente
A.10	M	46	E.Fundamental	Adquirida	Cegueira: glaucoma
A.11	F	48	E.Fundamental	Adquirida	Cegueira:acidente
A.12	F	49	E.Fundamental	Adquirida	Cegueira: acidente
A.13	F	49	E.Fundamental	Adquirida	Cegueira: edema
A.14	M	50	E. Fundamental	Adquirida	Cegueira: Olho direito: Aneurisma Olho esquerdo: Diabetes
A.15	M	51	E. Fundamental incompleto	Adquirida	Cegueira: Acidente
A.16	M	55	Graduação	Adquirida	Cegueira: Glaucoma
A.17	M	58	Graduação	Adquirida	Cegueira – olho esquerdo Baixa visão: olho direito diabetes
A.18	F	60	E.Fundamental incompleto	Congênita	Cegueira:glaucoma
A.19	M	66	E.Fundamental incompleto	Adquirida	Cegueira: descolamento da retina
A.20	M	73	E. Fundamental incompleto	Adquirida	Cegueira: Uveíte

Fonte: Crédito da pesquisadora

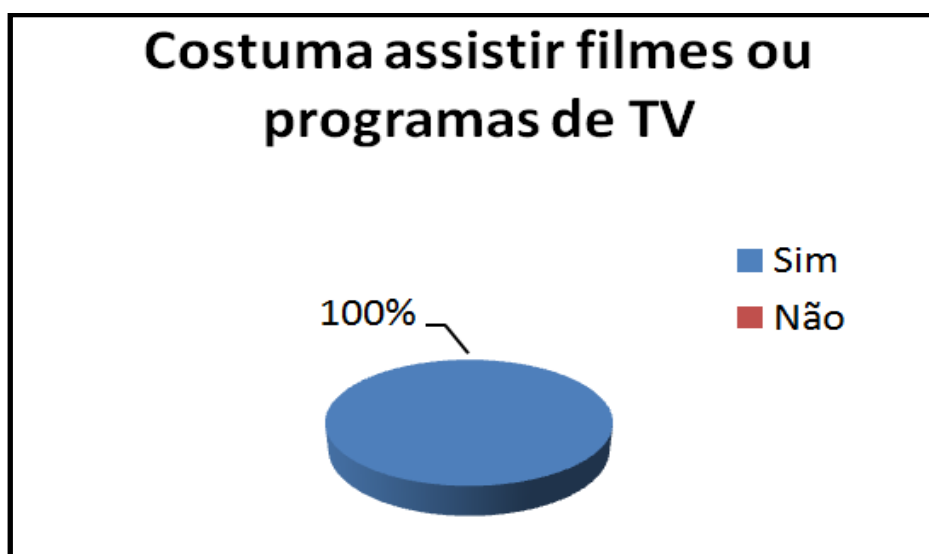
Comentários da pesquisadora:

Conforme exposto no quadro 9, o perfil dos sujeitos entrevistados na amostra, correspondeu a um equilíbrio quanto ao gênero, embora de forma acidental, pois foram 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Os entrevistados apresentaram as seguintes características, tais como: 08 com escolaridade do ensino fundamental, 06 ensino fundamental incompleto, 03 ensino médio, 02 graduados e 01 sem formação. Ainda, dos sujeitos entrevistados 18 apresentam deficiência adquirida, enquanto 02 apresentam deficiência congênita, representados com o grau de deficiência: 15 com cegueira, 02 com baixa visão e 03 apresentam em uma das vistas cegueira e baixa visão.

Destaca-se o que mencionou Castells (2005) a existência de uma nova sociedade, conhecida como sociedade da informação e conhecimento, onde o acesso e uso das TIC são fator crítico de sucesso. Entretanto, o que se observa nos entrevistados é que estão distantes dessa sociedade, uma vez que somente uma pequena parcela dos mesmos tem formação graduada, talvez pelas próprias dificuldades de serem deficientes visuais e diante das barreiras que a sociedade em geral impõe a essas pessoas para um crescimento e desenvolvimento contínuo, considerando-se que a OMS, mediante a publicação da CIDID Portugal, (1989) identifica que existe desvantagem na forma de prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Essa desvantagem é caracterizada por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

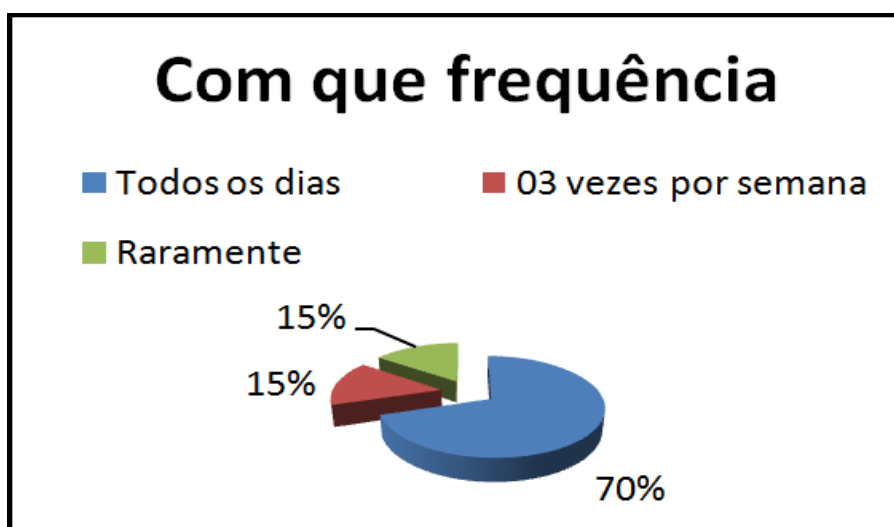
Além disso, essa mesma condição de desvantagem ainda se acentua nos entrevistados, uma vez que a maioria dos sujeitos apresenta a deficiência visual na modalidade “adquirida” e com cegueira, o que lhes oferece a condição de grande dependência de recursos que possibilitem um aprendizado de convivência com as dificuldades inerentes à deficiência apresentada.

Gráfico 2 - Assistência a filmes e programas de TV

**Comentários da pesquisadora:**

Houve unanimidade nas respostas dos sujeitos entrevistados, o que permite inferir que eles dispõem de recursos de tecnologia que lhes permite assistir filmes ou programas de TV. Entretanto, verifica-se pelas programações e eventos demonstrados nos Quadros 5 a 7 (p.64 e p. 65) que a despeito do aumento do uso da audiodescrição pela mídia, existe escassez de programas e outras modalidades destinados à audiência para esse público, com a qualidade e os requisitos de acessibilidade desejável. Esse é um aspecto bastante crítico que envolve também a TV digital no contexto brasileiro, pois essa é uma mídia de cunho social e deveria atender melhor à legislação vigente e incentivar esse tipo de audiência até mesmo para atender à inclusão social e às questões de cidadania. Entretanto, por outro lado, ainda pode ser considerado como pequeno o número de pessoas que possui equipamento para a recepção digital, devido ao alto custo ou a ausência do sinal digital aberto na maioria das cidades. Outra questão de importância nesse cenário é a falta de profissionais devidamente qualificados – os audiodescritores. Vale lembrar, portanto, que neste caso, a transmissão da audiodescrição somente pela televisão digital parece ser um fator de limitação à implementação desse recurso no meio televisivo brasileiro.

Gráfico 3- Frequência da assistência a filmes ou programas de TV

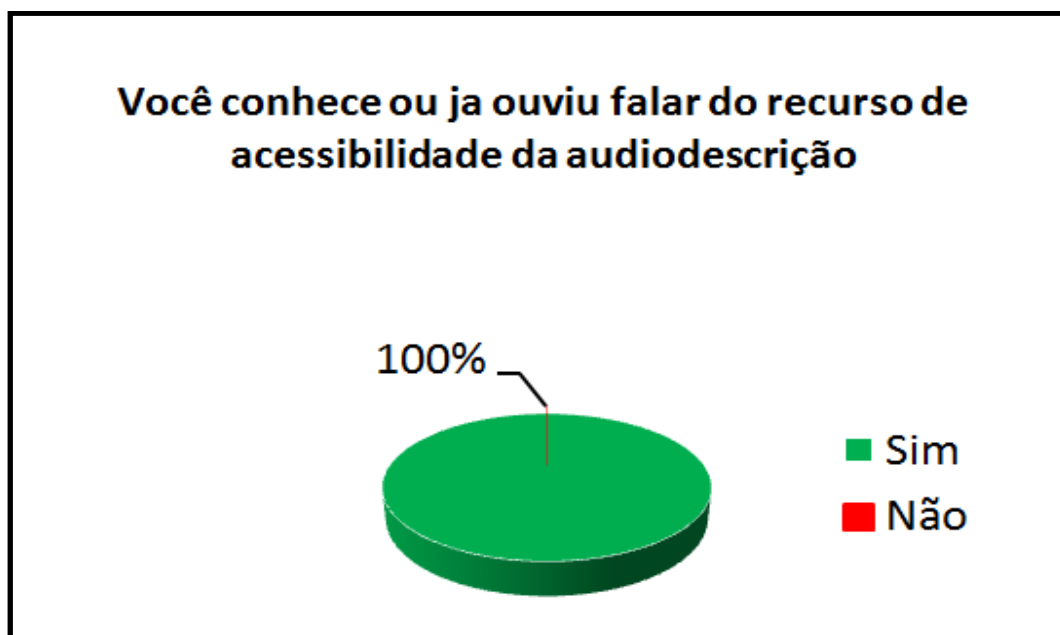


Fonte: Crédito da pesquisadora

Comentários da pesquisadora:

Observa-se no Gráfico 3 que os entrevistados responderam em sua maioria (70%) que a frequência de assistência é diária, sendo que 15% assiste raramente e outros 15% somente 3 vezes por semana. Esses resultados podem indicar que, muito embora, todos tenham respondido positivamente que assistem filmes ou programas de TV, conforme demonstra o Gráfico 2 anterior, existem diferenças em relação à frequência dessa assistência, motivadas talvez pela desvantagem citada na CIDID Portugal, (1989) e acarretada as pessoas com deficiência visual pesquisados. No entanto, considerando-se as limitações havidas por envolver uma amostragem em pequeno universo de pesquisa, o que não permite generalizações, acredita-se que essas questões requerem novos estudos e pesquisas em outras realidades similares no nosso contexto, dada a sua importância social.

Gráfico 4 – Conhecimento do recurso de acessibilidade da audiodescrição

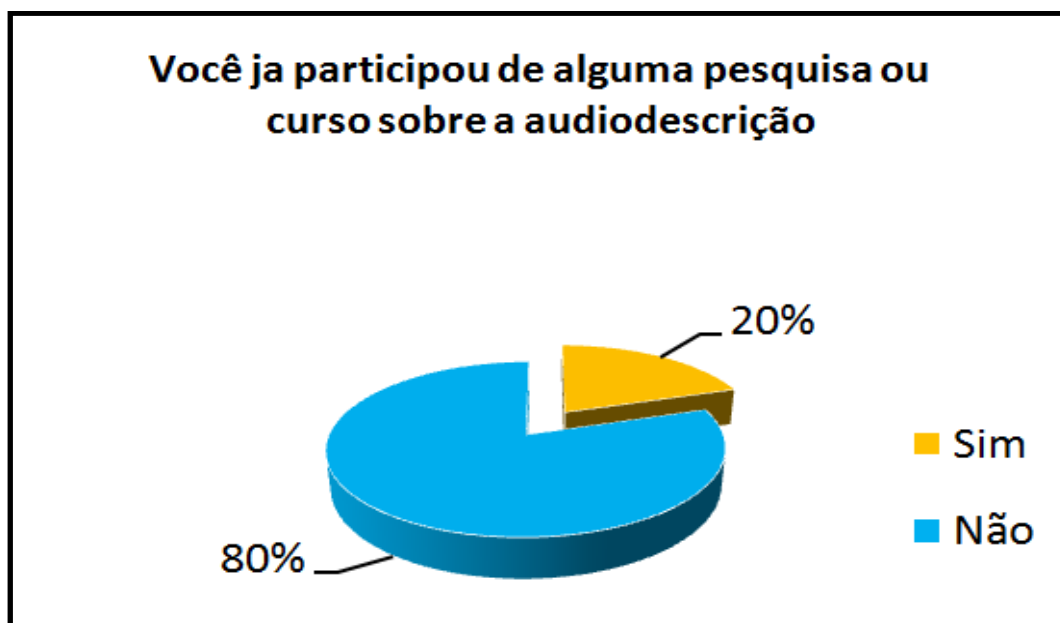


Fonte: Crédito da pesquisadora

Comentários da pesquisadora:

Como todos responderam afirmativamente quando questionados sobre o conhecimento acerca da audiodescrição como recurso de acessibilidade nos meios de comunicação, acredita-se ser este um dado de importância porque, de fato, esse recurso tem segundo Machado (2011), a função de promover a acessibilidade comunicacional, sendo uma narrativa que descreve elementos visuais proporcionando autonomia para aquele que não pode fazer uso da visão, oferecendo uma descrição clara e objetiva sobre o cenário e a cena que está sendo disponibilizada pela mídia, garantindo assim o direito à informação. Desse modo, o que se pode inferir é que a despeito de conhecerem esse recurso, talvez não o estejam utilizando porque os meios de comunicação não estão em condições de atender plenamente essa necessidade, uma vez que somente na década de 80 é que surge a preocupação com essa área no mundo e, no Brasil, somente a Lei que entrou em vigor no dia 1º de julho de 2011 tornou a audiodescrição um direito garantido e que obriga as emissoras de TV com sinal digital a oferecer duas horas diárias de programação audiodescritiva.

Gráfico 5- Participação em pesquisa ou curso sobre audiodescrição

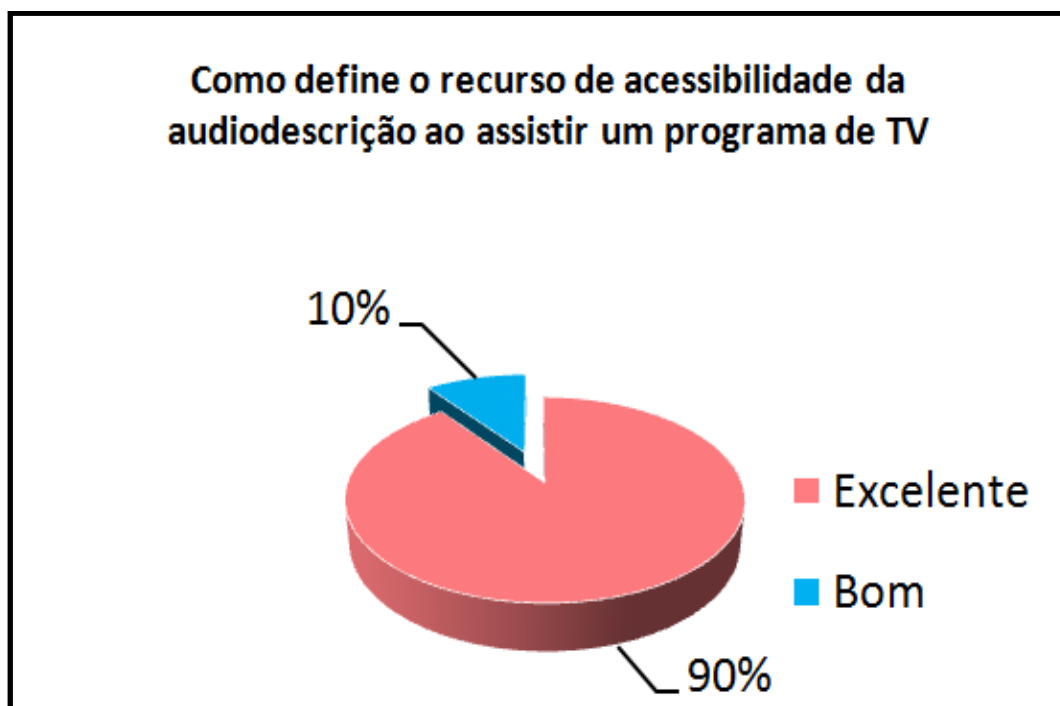


Fonte: Crédito da pesquisadora

Comentários da pesquisadora:

Uma pequena parcela dos entrevistados (20%) respondeu que havia participado de pesquisa ou de curso sobre a audiodescrição, conforme se demonstra no Gráfico 5. No entanto, como todos mencionaram conhecer esse recurso de acessibilidade nos meios de comunicação, conforme se demonstra no Gráfico 4 isso vem reforçar também que, muito provavelmente, o seu conhecimento não está relacionado à sua utilização quando assistem filmes ou programas de TV, considerando-se que as programações indicadas nos Quadros 5 a 7 (p.64 e p.65) ainda são muito insuficientes e em pequeno número nos meios televisivos no Brasil. Além disso esses resultados parecem indicar que existe a necessidade de maior divulgação e de programas de capacitação para que essa população possa compreender melhor esse recurso e passe a lutar mais por sua inserção na TV, em especial na TV digital.

Gráfico 6 – Visão da audiodescrição enquanto recurso de acessibilidade na TV



Fonte: Crédito da pesquisadora

Comentários da pesquisadora:

Aqui, novamente, conforme se apresenta no Gráfico 6, as respostas foram positivas. Então, isso pode significar que conhecem o recurso e que acreditam que ele é uma necessidade e uma melhoria em sua condição de vida. Isso corrobora com as opiniões de Motta; Romeu Filho (2010), quando afirmam que a audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo. Foi importante observar que 90% dos sujeitos definem como excelente este recurso de acessibilidade, mesmo sem apresentarem um uso efetivo e constante dele nas programações de TV e 10% definiram como bom recurso, pois acreditam que faltam mais detalhes informativos por parte do audiodescritor.

Quadro 10- Análise do roteiro da entrevista (O que você pode dizer da audiodescrição)

Sujeito	Perguntas abertas: ➤ O que você pode dizer da audiodescrição
A.1	“É um recurso que inclui os PCD Visual e facilita muito, principalmente nos momentos de silêncio no qual nós ficamos sem saber exatamente o que está acontecendo. Já assisti um trecho do Chaves com audiodescrição”.
A.2	“A audiodescrição é interessante, pois, como não enxergo e a maioria dos programas de TV não tem AD, fico meio perdida nos momentos de silêncio. A programação da TV é muito visual e isso prejudica”.
A.3	“A AD seria muito importante para nós deficientes visuais e eu não iria ficar mais curiosa, pois quando assisto a TV, nas pausas acabo ficando angustiada, pois quero saber o que está se passando. Quando toca música romântica eu imagino que seja um beijo”.
A.4	“Com a AD eu consigo entender aquilo que está se passando, por isso acho que é um recurso excelente”.
A.5	“Eu já assisti uma palestra com AD e foi muito legal, pois quando estava silêncio na cena, temos esse componente a mais para nos auxiliar”.
A.6	“Eu já enxerguei um dia e assistia a TV por isso sei diferenciar o quanto a AD pode me ajudar a compreender o que está se passando”.
A.7	“Nós que não podemos ver a imagem, temos que entender o que está se passando somente pelo som. A AD será muito importante”
A.8	“Assisti um filme com AD e gostei, pois, consegui perceber as cenas”.
A.9	“Excelente. Com a audiodescrição, conseguimos ter uma noção grande do que está acontecendo. Tive a oportunidade de assistir um filme “Mulher invisível” com a audiodescrição e foi muito rico em detalhes na descrição dos cenários e nas informações sobre a expressão facial dos atores”
A.10	“Bacana, pois sem a audiodescrição nós nos sentimos perdidos. Com a narrativa facilitou muito a explicação da narração.”
A.11	“Eu assisti um filme aqui no lar com AD e mesmo sem ver eu consegui entender pela explicação da tradutora”.
A.12	“Assisti um filme com AD que descrevia tudo o que estava acontecendo e isso foi muito bom”.
A.13	“Para o deficiente visual que não tinha acesso à AD, considero hoje um excelente recurso, pois é possível definir tudo o que está se passando”.
A.14	“AD traz detalhes das informações do que acontece e com isso posso interagir com os meus familiares. Hoje meu sobrinho descreve as cenas”.
A.15	“Mesmo sem ver, com a AD eu consigo visualizar as imagens mentalmente e saber um pouco mais do cenário e figurino”.
A.16	“Hoje vejo a AD como uma medida paliativa, por conta da inclusão, mas o bom mesmo seria ver e não ouvir”.
A.17	“Como em uma das vistas tenho baixa visão, consigo ter a noção daquilo que se passa”.
A.18	“Assisti um filme aqui no Lar com AD e achei excelente, porque eu entendi tudo o que estava se passando nas cenas, pois o audiodescritor soube informar o conteúdo do curso”.
A.19	“Quanto mais recurso de acessibilidade houver para o deficiente visual, será melhor para entender os fatos e ajuda na nossa autonomia”.

A.20	<i>“Como eu já enxerguei um dia e assisti a muitos filmes, sei que a AD irá contribuir, mas é preciso muita técnica do audiodescritor em narrar com precisão”.</i>
------	--

Fonte créditos da pesquisadora

Comentários da pesquisadora:

É interessante observar que nas questões abertas do quadro 10 todos os sujeitos apresentaram respostas positivas em relação a este recurso de acessibilidade, onde o sujeito A.1, elenca que é um recurso que inclui as pessoas com deficiência visual, o sujeito A.2, relata que a programação de TV é muito visual e isso prejudica o DV, para os sujeitos A.3 , A.4, A.7, A. 8, A.13, A.12 e, A.17, compreendem como um excelente recurso que descreve o que está se passando sendo possível definir as cenas e entender os fatos. O sujeito A.5 entende este recurso como um componente a mais para auxiliar o DV, o sujeito A.6 informa que como já enxergou um dia sabe o quanto a AD pode ajudar na compreensão. O sujeito A.9 considerou que a AD traz ricos detalhes na descrição dos cenários e nas informações sobre a expressão facial, enquanto que o sujeito A.10 entende que a narrativa com a audiodescrição facilitou na explicação dos conteúdos. Já o sujeito A.14 refere-se que com a AD consegue interagir com seus familiares. No entanto, o sujeito A.15 declara que com a AD é possível visualizar as cenas mentalmente. O sujeito A.19 ressalta que quanto mais recurso de acessibilidade para o deficiente melhor para a busca de sua autonomia. Ainda, o sujeito A.16 encara hoje a audiodescrição como uma medida paliativa por conta da inclusão. No entanto, os sujeitos A. 11, A.18 e A.20 concluem que é preciso técnica por parte do audiodescritor em narrar com precisão ao informar conteúdo. Percebe-se, em síntese, pelas respostas oferecidas que todos demonstram ter a noção da importância e das facilidades que a audiodescrição pode oferecer, podendo-se resumi-las, na visão dos sujeitos pesquisados como sendo: melhor percepção, definição, precisão, compreensão e entendimento sobre os cenários e conteúdos televisivos, em especial, quando existem momentos de pausa nas programações. Ainda, com tais facilidades oferecidas, em decorrência ocorre maior autonomia as pessoas com deficiência visual, permitindo-lhes exercer melhor a cidadania.

Quadro 11- Análise do roteiro da entrevista (Em que você imagina que este recurso pode ajudar na TV aberta/digital)

Sujeito	Perguntas abertas: ➤ Em que você imagina que este recurso pode ajudar na TV aberta/digital
A.1	“Estimula a nossa imaginação. Ajuda na questão de se incluir no que está acontecendo nas cenas”.
A. 2	“Até pouco tempo ouvíamos falar de acessibilidade para outros deficientes, no caso o deficiente auditivo, agora com este recurso acredito que vai aumentar a audiência dos DV”.
A.3	“ Este recurso vai ajudar a aumentar a audiência das pessoas com deficiência visual e isso será bom para TV”
A.4	“Com este recurso será mais fácil entender, pois quando está com som de música eu não consigo entender o que está acontecendo”.
A.5	“Na TV ia ajudar muito. Nós que não conseguimos ver, temos que perguntar qual a roupa dos atores, como está o visual e o que estão fazendo nos intervalos (silêncio)”.
A.6	“É preciso se preocupar com todos os cidadãos para tornar mais acessível. Antes eu não era deficiente e essas questões passavam despercebidas”.
A.7	“Todos os programas poderiam ter esse recurso para ter acessibilidade às informações”.
A.8	“ Para quem gosta da TV é muito bom se tivessem programas com a AD e eles ganhariam a audiência de pessoas cegas”.
A.9	“Nós perdemos muito com a falta da imagem. Com a audiodescrição nós conseguimos visualizar a cena e quando não tem áudio, ou seja, som, que não tem fala, nós perdemos a emoção”.
A.10	“Ajuda a entender o que está passando. Tenho preferência no jornalismo, futebol e programas investigativos da Record”.
A.11	“Este recurso ajudaria muito, pois hoje eu assisto as novelas e jornal e não sei muito bem o que está acontecendo”.
A.12	“Este recurso vai ser muito bom, principalmente nas novelas, pois nos intervalos a gente que é cega não sabe o que acontece”.
A.13	“ Este recurso vai ajudar no cumprimento da acessibilidade”.
A.14	“Incluir e motivar os deficientes visuais, ai eles terão mais motivo para assistir TV, pois o DV ficará mais atento às informações. A TV sem a audiodescrição não é tão agradável”.
A.15	“ A maioria dos cegos não estão conectados na TV, por falta de recursos que trazem mais detalhes”.
A.16	“ Ajudaria a formar a imagem do que está sendo mostrado”.
A.17	“Seria a TV descrevendo as informações com mais precisão. Nem sempre conseguimos interpretar o conteúdo durante os intervalos”
A.18	“Este recurso ajudaria muito em toda a programação”.
A.19	“ Além de ser cego, estou também na 3ª idade e a audiodescrição deveria ser feita em uma linguagem mais popular e simples para facilitar o entendimento”.
A.20	“ Ajudaria a TV a atender as necessidades da pessoa com deficiência visual”.

Fonte: Crédito da pesquisadora

Comentários da pesquisadora:

Podemos considerar neste bloco de resposta que os sujeitos entrevistados conseguiram identificar os principais benefícios deste recurso, a saber: O sujeito A.1 destaca que a audiodescrição estimula a imaginação e os inclui durante a cena no decorrer da narrativa. Os sujeitos A.2, A.3 e A.8 destacam que este recurso de acessibilidade possibilitará para a TV, o aumento da audiência das Pessoas com deficiência visual. Já para os sujeitos A.7, A.13 e A.18 todos os programas deveriam ter este recurso da audiodescrição, fazendo cumprir a lei da acessibilidade. O sujeito A.9 e A.16 identificam que com a audiodescrição é possível visualizar a cena, pois, quando não existe o áudio explicativo durante a cena, perde-se a emoção. Para tanto os sujeitos A. 4, A.10 e A.11 declaram que com a audiodescrição conseguem entender o que se passa durante a cena. Para o sujeito A.5, A.12 e A.17 informam que se incomodam com os intervalos (pausas e silêncio) durante a narrativa pela dificuldade de interpretar o conteúdo. No entanto, o sujeito A.14 relata que a AD, além de incluir, iria motivar o DV, pois assistir TV sem AD não é tão agradável e que estariam mais atentos à informação. O sujeito A.6 demonstra preocupação com as questões de cidadania e ressaltou com muita humildade que antes de se tornar deficiente estas questões passavam despercebidas. Assim, todos têm consciência que a audiodescrição pode ser um recurso de acessibilidade para os DV, permitindo afirmar que pode e deve ser utilizado na TV Digital também. Será um fator de inclusão social e uma agregação de valor importante às programações, considerando-se, em síntese, que na opinião dos entrevistados oferece principalmente as condições de: estímulo à imaginação e inserção nas cenas; aumento de audiência para a TV; reconhecimento da importância das questões de acessibilidade e inclusão; aflora a emoção que as cenas e conteúdos pretendem transmitir; melhoria das dificuldades e desvantagens com as programações que, em sua maioria, são essencialmente visuais.

Quadro 12 - Análise do roteiro da entrevista (Você concorda com a regulamentação das leis que obrigam as emissoras de TV aplicar este recurso de acessibilidade (audiodescrição) em seus programas ou filme ?)

Sujeito	<p style="text-align: center;"><i>Perguntas abertas:</i></p> <p style="text-align: center;">➤ <i>Você concorda com a regulamentação das leis que obrigam as emissoras de TV aplicar este recurso de acessibilidade (audiodescrição) em seus programas ou filme ?</i> () SIM () NÃO . Por que?</p>
A.1	<i>Sim. “Faz nos sentirmos participante. Ser um telespectador completo e não apenas um ouvinte, sem informações detalhadas”.</i>
A.2	<i>Sim. “Seria bom para nos incluir na sociedade”.</i>
A.3	<i>Sim. “Para facilitar a vida das pessoas com deficiência com mais independência”.</i>
A.4	<i>Sim. “Para facilitar a nossa compreensão”.</i>
A.5	<i>Sim. “ Nós precisamos deste recurso para não ser tão dependentes das pessoas”.</i>
A.6	<i>Sim. “Quando tem a lei é preciso cumprir, efetivar e garantir a acessibilidade”.</i>
A.7	<i>Sim. “Os deficientes tem o mesmo direitos que as outras pessoas. É preciso ter igualdade de direitos”.</i>
A.8	<i>Sim. “ Para nós que não temos a visão seria ótimo, principalmente para assistir ao jornal nacional, pois quando assisto não entendo nada. Seria bom para compreensão”.</i>
A.9	<i>Sim. “Concordo, mas sei que para ter acesso a audiodescrição, necessitamos ter um aparelho compatível e talvez isso não seja acessível”.</i>
A.10	<i>Sim. “Para contribuir com a acessibilidade (fazer garantir)”.</i>
A.11	<i>Sim. “Para ajudar os cegos a compreender e entender o que se passa”.</i>
A.12	<i>Sim. “ Concordo com a lei, mas temos que ter o conversor. Eu tenho, mas não consegui assistir por conta de não saber o horário da programação televisiva com a audiodescrição”.</i>
A.13	<i>Sim. “ A lei precisa ser funcional e efetivada”</i>
A.14	<i>Sim. “ Com as leis, podemos cobrar das políticas públicas”</i>
A.15	<i>Sim. “ Com a lei vai ser possível efetivar este recurso”.</i>
A.16	<i>Sim. “ Mas acho que a lei deve ser cumprida”.</i>
A.17	<i>Sim. “ Infelizmente precisamos de lei para garantir nossos direitos”.</i>
A.18	<i>Sim. “ Gostaria que a regulamentação acontecesse logo. O deficiente visual é muito prejudicado nas questões de acessibilidade e nós temos que nos moldar. Apertamos o menu e nada acontece”.</i>
A.19	<i>Sim. “ Com a regulamentação da lei as coisas são forçadas a acontecer”</i>
A.20	<i>Sim. “ A sociedade hoje fala muito de acessibilidade e deve incluir a informação como prioridade”.</i>

Fonte: Crédito da pesquisadora

Comentários da pesquisadora:

Em relação à questão da regulamentação das leis que obrigam as emissoras de TV a aplicar este recurso, 100% dos entrevistados concordam que deve existir e que isso tem muita importância para as pessoas com deficiência

visual. Ressalta-se que, o sujeito A.1, aponta sobre querer “ser um telespectador completo e não somente ouvinte”, o que demonstra que está se ressentindo da implementação efetiva dessa regulamentação. Para os sujeitos A.2 e A. 20, a sociedade deve ser acessível, incluindo as informações como prioridade. Certamente, têm consciência da economia informacional que se vivencia e da necessidade do acesso e uso da informação para a sua qualidade de vida. Os sujeitos A.6, A.10, A.13, A.14, A.15, A.16, A.17, A.18 e A. 19 apontam a questão de garantia da acessibilidade, da efetivação e da promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas, o que permite inferir que reconhece a importância das ações governamentais para a garantia de seus direitos. Já o sujeito A.9 e A.12 alertam sobre a necessidade de tecnologia compatível para este recurso e a falta de informação referente à programação televisiva. Para os sujeitos A.3 e A.5 a regulamentação em foco proporcionará a autonomia dos DV. Os sujeitos A.8 e A.11, por sua vez, entendem que esta lei de acessibilidade ajudaria na compreensão da narrativa e o sujeito A. 7 faz referência para as questões de igualdade de direitos. As respostas obtidas, em linhas gerais, alinham-se aos principais requisitos e princípios que envolvem a regulamentação da audiodescrição no Brasil, pois, de acordo com Machado (2011) a situação que se apresenta deve considerar a Portaria nº 310, já com 36 meses a partir da publicação, que os meios de comunicação deveriam ter 4h/dia (29h/semana) de audiodescrição na programação televisiva; a portaria nº 985 propôs que ao final do prazo do cronograma (julho de 2020) deverão ter o recurso de acessibilidade em apenas 24h/semana. Ou seja, o máximo proposto pela portaria nº 985 referente a 14,28% da programação semanal, é menos do que a proposta da portaria nº 310 para o 3º ano de vigor da mesma (29h/semana equivalente a 17,26%). Por enquanto, a obrigatoriedade compreende somente duas horas por semana de programação com audiodescrição, quantidade que, segundo a regulamentação do Ministério das Comunicações, aumentará para 20 horas semanais até 2020. Ressalta-se, desse modo, que será necessário haver mais pesquisas e estudos sobre essas questões que foram colocadas, a fim de que a legislação possa ser cumprida pelas emissoras, criando-se meios de financiamento e de aporte de recursos destinados a essa área,

Quadro 13 - Análise do roteiro da entrevista (Observação complementar sobre a audiodescrição).

Sujeito	Perguntas abertas: ➤ Gostaria de fazer alguma observação complementar sobre este assunto da audiodescrição.
A.1	<i>“É um recurso fundamental que nos ajuda bastante em não se sentir tão excluído da sociedade”.</i>
A.2	<i>“Com a audiodescrição conseguimos entender e imaginar o que está acontecendo”.</i>
A.3	<i>“Este recurso é ótimo porque nos ajuda a saber das coisas e não precisamos ficar esperando a ajuda de alguém para complementar a programação de TV”.</i>
A.4	<i>“Conseguimos com a audiodescrição, entender tudo o que se passa por conta dos detalhes”</i>
A.5	<i>“Para a audiodescrição ser realmente excelente, é preciso ter um bom audiodescritor para descrever a cena. Interessante seria também ter um fone de ouvido para que possamos nos concentrar na trama”.</i>
A.6	<i>“Este recurso seria ótimo para o deficiente visual, seria emocionante, pois seria algo que está adaptado a nossa deficiência, por que geralmente nós é que temos que nos adaptar com as coisas”.</i>
A.7	<i>“Com a audiodescrição conseguimos ir imaginando as cenas e criando as imagens dos atores, dos gestos, de como é o filme e onde ele se passa”.</i>
A.8	<i>“Ontem eu assisti um filme sem audiodescrição, pois sou aluna do SEJA e só tem eu de deficiente visual. Fui a única que não consegui compreender o que estava se passando e me senti muito mal e excluída.”</i>
A.9	<i>“Sobre a audiodescrição, eu gostaria que os cinemas e TV, deveriam introduzir filme pelo menos 1 vez por semana com audiodescrição”.</i>
A.10	<i>Não.</i>
A.11	<i>“Quando assisti aquele filme aqui no lar com audiodescrição, eu consegui entender e compreender a cena e como era filme de comédia, dei muitas risadas”.</i>
A.12	<i>Não.</i>
A.13	<i>“Que a audiodescrição não seja apresentada somente para os deficientes visuais, mas para também para outras deficiências. Sem a audiodescrição temos o áudio sem definição. Na parte do silêncio me pergunto: O que está acontecendo?. E tenho a necessidade de perguntar para alguém para poder interagir na trama”.</i>
A.14	<i>“Tenho muita preferência pelo rádio que traz informações mais precisas e com mais emoção. A programação da TV ficaria muito interessante com essas riquezas de detalhes”.</i>
A.15	<i>“ Quando eu tinha a visão eu assistia a muitos filmes e agora gosto de repetir os filmes pois consigo me recordar das cenas. Uma vez assisti um filme e o final terminou em silêncio e ai como estava sozinho eu não sabia o que havia acontecido. Perguntei no outro dia para um sobrinho que me disse que o filme terminou com o moço andando na estrada até desaparecer sua imagem”. Conclusão, não gosto de assistir a filmes novos, pois, na hora do silêncio eu perco o interesse e me sinto excluído”.</i>
A.16	<i>“Acho que a pessoa que faz este trabalho de audiodescrição tem que ser um bom profissional para que eu possa conseguir imaginar a cena”.</i>

A.17	<i>“Acho que este recurso deve ser bom não só para os DV, mas também para os idosos e outras deficiências que tem dificuldade de compreensão”. Recebo em casa a revista falada da Veja e ouvi uma reportagem na semana passada sobre a audiodescrição.</i>
A.18	<i>“Eu iria aproveitar bem se toda a programação tivesse a audiodescrição, não só a TV, mas os aparelhos celulares e até aparelhos eletrônicos. Toda essa acessibilidade facilitaria na nossa autonomia”.</i>
A.19	<i>“Eu que sou cego, sei audiodescrever...rsrsrs. Trabalho como monitor no jardim botânico, estudei sobre os 13 canteiros e sobre todas as plantas. Recebemos lá escolas de Bauru e região e nossa função é audiodescrever as plantas, suas origens, a situação climática, país de origem, família das plantas. Temos em Braille estas informações.</i>
A.20	<i>“Para nós que somos cegos é difícil imaginar nos silêncios se o bandido do filme de ação está escondido, se perseguiu alguém, se está sendo perseguido... Muitas vezes eu crio a cena e nem sempre é a verdadeira, com isso me sinto perdido”.</i>

Fonte: crédito da pesquisadora

Comentários da pesquisadora:

Na última questão aberta, somente 10 % não mencionou informações adicionais sobre o tema. No entanto, 90% expressaram o desejo da resposta. Sendo assim o sujeito A.1 destacou a audiodescrição como um recurso fundamental para não se sentir tão excluído da sociedade. Porém, os sujeitos A.2, A.7 e A.11 reforçam que a AD, possibilita o entendimento, compreensão e estimula a imaginação. O sujeito A.3 entende que este recurso complementa a programação da TV, possibilitando a autonomia. Por sua vez, o sujeito A.8 e A.15 relatam o sentimento de exclusão ao assistir um filme sem a AD. O sujeito A.9 revelou que gostaria que os cinemas introduzissem filme com audiodescrição pelo menos 1 vez por semana. Para os sujeitos A.13 e A.17 a AD amplia o acesso não só do deficiente visual, estende-se para outros tipos de deficiências, entre elas, deficiência intelectual, idosos, pessoas com dislexia e déficit de atenção. O sujeito A.14 expressa ter preferência pelo rádio que traz informações mais precisas e com emoção e que a TV deveria utilizar deste recurso para ser mais interessante. No entanto, o sujeito A.18 afirma que iria aproveitar mais a programação das TV com este recurso e que gostaria que os aparelhos celulares e aparelhos eletrônicos apresentassem este recurso de AD, pois toda esta acessibilidade facilitaria na autonomia do DV. O sujeito A.20 revela que é difícil imaginar as cenas nos intervalos de silêncio. Por sua vez, o sujeito A.19 expressa alegria de trabalhar como monitor no jardim botânico e ter essa função de audiodescrever para pessoas com visão. Vale esclarecer também

que o sujeito A.6, expressa a satisfação de ter um recurso apropriado para sua deficiência, pois geralmente tem que se adaptar à sociedade. É importante salientar que os sujeitos A.5, A.16 ressaltam que este recurso de AD, deve ser realizado por um profissional competente na área para descrever as cenas.

Sintetizando as respostas indicadas, pode-se dizer que os entrevistados apresentaram consciência acerca da audiodescrição como um recurso de acessibilidade que permite principalmente: inclusão social; maior independência e autonomia; maior entendimento dos detalhes; maior incentivo à utilização da imaginação e da criatividade; promove a autoestima e maior interação com a trama. Além disso, ainda, permite melhorias também às outras pessoas com deficiências. Entretanto, uma vez mais reforçam a necessidade de profissionais qualificados para serem os mediadores do processo audiodescritivo e também a importância de implementar esse recurso em outra mídia digital que apresente a mobilidade maior - os aparelhos celulares e eletrônicos em geral, o que pode ser uma tendência natural para o paradigma sócio-tecnológico que norteia a sociedade contemporânea, conforme já mencionava Castells (2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração desta dissertação, que apresenta diferentes abordagens que permitiram a construção de um referencial teórico pertinente e relevante sobre Televisão Digital e Audiodescrição, pode-se constatar e averiguar a relevância desta última como recurso de acessibilidade comunicacional.

Observou-se as possibilidades de inclusão e alternativas de acessibilidade nos meios comunicacionais, que ela oferece para os deficientes visuais na sociedade. Quando se pensa em inclusão, atualmente, deve-se atentar que ela envolve as questões de normalidade e de particularidades de cada pessoa, ou seja, promover a inclusão social significa tornar as pessoas participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos de construir uma sociedade com oportunidades de condições de igualdade e nesse contexto, merece destaque especial, portanto, a audiodescrição como recurso de acessibilidade nos meios de comunicação, em especial na TV digital.

De acordo com os pressupostos que norteiam a audiodescrição, pode-se considerar que é um recurso valioso de acessibilidade porque possibilita a inclusão da pessoa com deficiência visual, destacando-se como:

- Recurso fundamental para inclusão da pessoa com deficiência visual na sociedade;
- Recurso rico em detalhes na descrição de cenários e nas informações adicionais sobre a narrativa;
- Estímulo à imaginação com a descrição objetiva de imagens, permitindo a compreensão integral da narrativa audiovisual e incluindo a pessoa com deficiência visual, no decorrer da narrativa apresentada.
- Facilitador do acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão social.

Em perspectiva mais abrangente, pode-se considerar a audiodescrição como um recurso valioso de acessibilidade que transforma o visual em verbal, garantindo às pessoas com deficiência visual a participação efetiva na sociedade inclusiva, sociedade esta, pautada no respeito à diversidade humana e no desenvolvimento social, tendo a acessibilidade como aliada neste processo.

Não será demais ressaltar que, com base nos estudos realizados e nos resultados obtidos em sua decorrência, pode-se sentir que, de fato, a

audiodescrição é uma forma de ampliar as alternativas de acessibilidade nos meios audiovisuais, permitindo que as pessoas com deficiência visual, sejam incluídas, participem mais de perto das emoções das programações oferecidas por meio da transformação de imagens dinâmicas ou estáticas em uma descrição sonora, podendo ser aplicada aos programas da TV Digital a fim de exercer uma importante ação de responsabilidade social.

A Televisão Digital, enquanto um meio de inovação e como uma mídia de caráter social, deve rever seu papel e modificar-se para atender a esta clientela, buscando suprir as lacunas deixadas pelas barreiras comunicacionais, promovendo a inclusão. E, sendo assim, recomenda-se a necessidade de estabelecimento de políticas públicas para fortalecer estes mecanismos de acesso à informação e eliminar as barreiras atitudinais entre os indivíduos de nossa sociedade nos diversos ambientes de convivência cultural e social, por meio do estímulo de atividades coletivas de audiodescrição que envolvam a todos, sensibilizando e gerando uma tomada de consciência no que se refere à diversidade. É importante elucidar, também, que a audiodescrição atende por meio das informações sonoras não só público com deficiência visual, mas, também idosos, disléxicos e pessoas com deficiência intelectual, cabendo ressaltar que esse recorte temático comportará a necessidade de novas pesquisas e estudos, uma vez que isso foi observado enquanto variável independente durante a trajetória desta dissertação, embora não tenha sido o foco de atenção.

Desse modo, entende-se ser necessário explorar melhor e mais o uso da audiodescrição, recurso este que vem sendo empregado como meio de acessibilidade e que pode auxiliar no processo de inclusão social, proporcionando uma maior autonomia e qualidade de vida para que esta clientela possa exercer sua cidadania e o seu aprendizado ao longo da vida.

Tendo em vista o exposto, recomenda-se que essa área seja mais estudada e que possa apresentar, além de regulamentações e legislação de obrigatoriedade de inserção nos meios de comunicação, maiores condições de aporte de recursos e de programas de capacitação para profissionais da comunicação e interessados na formação de audiodescritores, enquanto responsáveis por fazer uma descrição objetiva das imagens paralelamente e em conjunto com as falas originais de determinada programação, permitindo a compreensão integral da narrativa, sendo necessário ter conhecimento de língua

portuguesa, fluência verbal, senso de observação, repertório cultural, disposição e disponibilidade para busca de informações.

Aponta-se, ainda, além das questões que envolvem as políticas públicas a recomendação de que estejam inserindo-se nas matrizes curriculares dos cursos de comunicação essas competências inerentes aos audiodescritores e que os profissionais de comunicação possam ter essa função como uma atividade pertinente à sua qualificação e/ou especialização, devido a sua importância como um novo campo de atuação para os mesmos, que, por sua vez, já apresentam algumas características e habilidades tais como: a familiaridade com a mídia televisiva, seus recursos, etc. e que precisam conhecer melhor as necessidades dos Deficientes Visuais para contribuir com a inserção do recurso da audiodescrição na TV Digital, promovendo uma interação efetiva entre a TV, os conteúdos interativos produzidos e divulgados e as pessoas que não possuem a acuidade visual necessária ao acesso e uso da informação midiática para a construção do conhecimento que possibilita a inclusão social e o exercício pleno da cidadania na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Inclusão social e municipalização**. 2000. Disponível em: <<http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/10.doc>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050/2004: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**: referência – elaboração. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_ge_nerico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 20 nov. 2103.

_____. NBR 15290/ 2005: **Acessibilidade em comunicação na televisão**: referência – elaboração. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR15290.pdf. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. NBR 15.290/2005: **Acessibilidade Comunicação na Televisão**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005b

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA. ABTA. **Indicadores de Associados**. Brasília, 2013. Disponível em http://www.abta.org.br/dados_do_setor.asp. Acesso em: 12 dez.2013.

BARBOSA, F. A.; CASTRO, C. **Comunicação digital**: educação, tecnologia e novos comportamentos. São Paulo: Paulinas, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2000.

BECKER, V. **Recomendações de usabilidade para TV digital interativa**. In: II WTVD, Curitiba. Anais 2006 - Workshop de TV Digital, 2006. p. 27-38. Disponível em: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>. Acesso em: 20 jun.2013.

BELLUZZO, R.C.B. **Competências na era digital**: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. Campinas: UNICAMP, 2005.

BELLUZZO, R.C.B; ROSSETTO, M; FERES, G.G. **A inclusão digital e as bibliotecas públicas no Brasil**. Bauru: Cá Entre Nós, 2008.

BOLANÕ, C. R.; BRITTOS, V. C. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007

BONOTTO, L.B. **Oftalmopediatria**: auxílios ópticos e não ópticos na visão subnormal. 2012. Disponível em: <http://www.ofthalmopediatria.com.br/medica.php>. Acesso em: 12 out 2013.

BORGES, J. A. **Amplificador de tela de computador**: uma visão geral. Adaptado por: NAPNE/SIEP – IFET RS Campus Bento Gonçalves, 2009. Disponível em

<http://acessibilidade.bento.ifrs.edu.br/arquivos/pdf/manual/manual-02-arquivo-01.pdf>. Acesso em: 12 de jun 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 12 ago. 2012.

_____. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm. Acesso em: 11 abr. 2013.

_____. **Decreto 5.296, de 2 de Dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a implementação da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 12 ago. 2012

_____. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Portaria n. 310, de 27 de junho de 2006**. Brasília. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/images/o-ministerio/legislacao/portarias/portaria-310.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2013.

_____. **Portaria nº310, de 27 de junho de 2006**. Aprova a Norma nº 001/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Brasília: Hélio Costa, 2006.

_____. **Decreto 5820 de 29 de junho de 2006**. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm. Acesso em: 17 de Jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Atendimento educacional especializado**. Deficiência Visual. Coordenação geral SEESP/SEED/MEC – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: CORDE, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), representado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e o Ministério da Educação, representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

(SETEC). **Leitores de tela: descrição e comparativo: E-MAG- Modelo de Acessibilidade em Governo eletrônico**. Brasília: Governo Federal, 2009.

_____. Portal Brasil. **Direitos e deveres**. 2009. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/direitos-e-deveres-do-cidadao-andam-juntos>. Acesso em: 28 dez. 2013.

_____. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Portaria nº 188, de 24 de março de 2010**. Brasília. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/portarias/26611-portaria-n-188-de-24-de-marco-de-2010>. Acesso em: 11 abr. 2013.

_____. Portal Brasil. **Critérios adotados na seleção das boas práticas de Mobilização Social pela Educação**. MEC. 2013. Disponível em http://mse.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=230. Acesso em: 28 dez. 2013.

_____. **Secretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. 2013. <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>. Acesso em: 17 jun 2013.

_____. **Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013**. Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1035619/decreto-8061-13>. Acesso em: 28 Dez 2013.

BRITTOS, V.C. **Para entender a TV digital**: tecnologia, economia e sociedade no século XXI. INTERCOM São Paulo, 2011.

CANNITO, N. **A televisão na era digital**: interatividade, convergência e novos modelos de negócio. São Paulo: Summus, 2010.

CARVALHO, I. **Acessibilidade**: conteúdo de qualidade e acessível para todos. TV Aparecida. 2013. Disponível em: <http://www.a12.com/tv-aparecida/institucional/detalhes/acessibilidade>. Acesso em: 03 jan. 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005

CERTIC, (2007) "**Acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais nos regulamentos da televisão em Portugal**" Disponível em: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CITI – **Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas da Universidade Nova de Lisboa**, 2006. Disponível em: http://www.citi.pt/educacao_final/trab_final_inteligencia_artificial/cognicao.html. Acesso em: 23 out. 2013.

DINIZ, T.F.N. **Tradução intersemiótica**: do texto para a tela. UFMG, 2008. Disponível em : <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5390>. Acesso em: 23 dez. 2013.

DIZARD JUNIOR, W. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, J. **One content, three devices, the same need**: access to information by people with special needs. In: Workshop on Universal Accessibility of Ubiquitous Computing: Providing For the Elderly Alcácer do Sal, Portugal, 2001, p. 115-119. Disponível em: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf> Acesso em: 20 jun.2013.

FERREIRA, A.B de H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 1999.

FRANCO, E.P. **Ver com palavras**: audiodescrição. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/definicoes>. Acesso em: 20 abril 2012.

FRAZIER, G.; **The effectiveness of audio description in providing access to educational AV media for blind and visually impaired students in high school**. San Francisco: Audio Vision, 1995.

IBGE. Censo 2010. **Deficiências**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm Acesso em: 20 maio 2013.

JIMENEZ HURTADO, C.; RODRÍGUEZ, A.; SEIBEL,C. **Un corpus del cine**: teoria y practica de la audiodescripción. Granada: Tragacanto, 2010.

KUHL, V. **Recursos específicos para a baixa visão**. Disponível em: <http://www.olhosdaalma.com.br>. 2013. Acesso em: 08 out. 2013.

LARAMARA. **Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual**. Disponível em: laramara.org.br/index.php. Acesso em: 13 mar. 2013.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

MACHADO, F. O. **Acessibilidade na televisão digital**: estudo para uma política de audiodescrição na televisão brasileira. 2011 180f. Dissertação (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento).

MACHADO FILHO, F. **TV digital**: uma nova mídia e um novo modo de recepção em uma sociedade em rede. Dissertação (Mestrado) Unimar. 2006.

MANTOAN, M.T.E; PRIETO, R.G. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Sumus, 2006.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINHEIRO, C. **Qual a grafia correta: audiodescrição, áudio-descrição ou áudio descrição?**. 2010. Disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2010/07/qual-grafia-correta-audiodescricao-ou.html>. Acesso em: 20 jun. 2013.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2001.

MARTINS, M. C. L. Vendo filmes com o coração: o projeto video-narrado. **Revista Benjamin Constant**. Ed. 22, agosto de 2002. Disponível em < <http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=64>> Acesso em: 30 set. 2013.

MASINI, E. F. S. **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. São Paulo: Vetor, 2007.

MAYER, F; GUIMARÃES, L. **Recurso amplia o acesso dos deficientes visuais à produtos culturais, esportivos e informativos**.2011. Disponível em: <http://avisoemdois.com.br/colunas/ufmg-lanca-livro-sobre-audiodescricao/>. Acesso em: 5 jul. 2012.

MELO, M. T. **TV digital: ferramenta de transformação social na era da informação**. In: *TV digital: qualidade e interatividade*/IEL.NC-Brasília: IEL/NC, 2007.

MIRANDA, L. C.; PICCOLO, L. S. G.; BARANAUSKAS, M. C. C. **Uma proposta de taxonomia e recomendação de utilização de artefatos físicos de interação com a TVDI**. In: *Workshop on Perspectives, Challenges and Opportunities for HumanComputer Interaction in Latin America (CLIHC 2007)*, Rio de Janeiro. *Proceedings of CLIHC 2007*. Disponível em: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013

MONTENEGRO, N.G.S. **Guia de acessibilidade: espaço público e edificações**. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

MOTTA, L. M. V. de M. M.; ROMEU FILHO, P. (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NORÕES, I. III **Jornada de TV Digital**. InfoBrasil 2011. Disponível em: <http://www.slideshare.net/lzequiel/tv-digital-participe-voc-tambm>. Acesso em: 08 jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção dos direitos das pessoas com deficiência**. Nova Iorque: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **O que é pessoa com deficiência.** 2008. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?ldtxt=30053. Acesso em 12 maio 2013.

PASSOS, J. dos R. **A *information literacy* e os deficientes visuais: um caminho para a autonomia?** São Paulo. 2010. 173 f. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação).

PETROBRAS: **Promovendo a cidadania:** política de responsabilidade social. 2007. Disponível: <http://www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/promovendo-a-cidadania/>. Acesso em: 28 dez. 2013.

PICCOLO, L. S. G. **Desafios de design para a TV digital interativa**, In: VII Simpósio de Fatores Humanos Em Sistemas Computacionais. 2006, São Paulo. Anais. São Paulo: Unicamp. Disponível em: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PORTUGAL. Secretariado Nacional de Reabilitação. Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps): **Um manual de classificação das conseqüências das doenças (CIDID)**. Lisboa: SNR/OMS; 1989.

POZZOBON, G.; POZZOBON, L. **O que é audiodescrição?**, 2011. Disponível em: <http://audiodescricao.com.br/ad/o-que-e-audiodescricao/>. Acesso em: 10 maio 2013.

QUEIROZ, M. A. **Acessibilidade web:** tudo tem sua primeira vez, 2006. <http://www.bengalalegal.com/capitulomaq>. Acesso em: 09 jun. 2013.

QUEIROZ, M. A. **Introdução à acessibilidade na WEB- W3c**, 2008 <http://www.bengalalegal.com/intro-w3c>. Acesso em: 12 jun. 2013.

QUICO, C. **Acessibilidade e televisão digital e interactiva:** o caso particular do serviço de áudio-descrição destinado a pessoas invisuais ou com deficiências visuais grave, In: Estratégias de Produção em Novos Media. 2005, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. Disponível em: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

RAFFRAY, M.; LAMBERT, M. **Audio description in UK:** the founding years (1982-92). Royal National Institute of Blind People. Relatório 20 f. Londres. Dezembro, 1997.

ROESLER, V. **Perspectivas em transmissão multimídia e TV digital.** 2008. Disponível em: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

RORIZ, T. M. de S; AMORIM, K. de S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 3, set. 2005

Disponível em
<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772005000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2013.

SANT'ANNA, L. O que é um display Braille. **Jornal Conviva**. Ano VII nº 36. SP. Out de 2006. http://www.adeva.org.br/jornalconviva/pdf/36_conviva.pdf . Acesso em: 19 jun. 2013.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SENAI-SP. **Ações inclusivas e responsabilidade social**: orientações para as empresas 3.ed. São Paulo: SENAI, 2010.

SOARES NETO, C. S. **Desenvolvimento de aplicações declarativas para TV digital interativa**. In: Simpósio Brasileiro de Web e Multimídia, Natal. UFRN, 2006. Anais. Disponível em: <http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SOUZA, J. E.P; BARRETO, D. M. PEREIRA, H.S. **Acessibilidade para a TV digital**. SEMINFO. Seminário de informática. Feira de Santana. BA, 2008.

THOMPSON, J.B. **A nova visibilidade**. 2008. Disponível em:
<http://revcom.potcom.intercom.org.br/index.php/MATRIZ/article/view/5230>. Acesso em: 20 dez. 2012.

VICTORELLI, D.S.S. **Percepção e perspectiva dos adolescentes sobre a TV digital**. Unesp Bauru, 2011. Dissertação (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento).

VILCHES, L. **A migração digital**. São Paulo: Loyola, 2003.

WAISMAN, T. **Usabilidade em serviços educacionais em ambiente de TV digital**. 2006 Tese (Doutorado) - Escola da Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em:
<<http://www.seminfo.com.br/anais/2008/pdfs/seminfo/11-50733.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

APÉNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Julio de Mesquita Filho”
Campus de Bauru

Programa de Pós Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento da
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

SOLICITAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA JUNTO A INSTITUIÇÃO

Prezado (a) Diretor (a)

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de identificar a aplicabilidade da audiodescrição na Televisão Digital, para dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Bauru(SP), sob a orientação da Profa. Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo.

Selecionamos sua instituição Lar Escola Santa Luzia para Cegos em Bauru (SP) , devido à representatividade que ela exerce na região e pelo atendimento dispensado as pessoas com deficiência visual.

A participação dos usuários na pesquisa será de forma voluntária. Trata-se de uma entrevista com perguntas abertas e fechadas sobre a audiodescrição.

Maria Inês Garcia Ishikawa

Aluna do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Julio de Mesquita Filho”
Campus de Bauru

Programa de Pós Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento da
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Eu, _____, portador do RG nº _____, declaro estar ciente e de acordo com o desenvolvimento da pesquisa para dissertação de mestrado, intitulada: **Aplicabilidade da audiodescrição na Televisão Digital**, um estudo exploratório-descritivo apoiado em princípios de gestão da informação na comunicação, do curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento - FAAC/ UNESP, nesta Instituição.

Autorizo a publicação dos resultados obtidos em aulas, congressos, palestras ou periódicos científicos, sem finalidade comercial ou publicitária.

Os pesquisadores se comprometem ao cumprimento dos termos da Resolução nº.196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Ass. do responsável pela Instituição

carimbo com CNPJ da Instituição

Prof.Dra Regina Célia Baptista Belluzzo
Orientadora

Maria Inês Garcia Ishikawa
Pesquisadora

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Julio de Mesquita Filho”
Campus de Bauru

Programa de Pós Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento da
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou aluna do curso de Mestrado Profissional da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, do programa de pós graduação em Televisão Digital: Informação e conhecimento, e estou convidando você a participar da pesquisa intitulada como “Aplicabilidade da audiodescrição na Televisão Digital”. Trata-se de uma entrevista, cujo objetivo é obter informações sobre a percepção deste recurso de acessibilidade por meio da audiodescrição.

Garantimos o sigilo dos seus dados pessoais e a divulgação será apenas dos resultados gerais obtidos em aulas, congressos, palestras ou periódicos científicos, sem finalidade comercial ou publicitária.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Caso haja dúvidas, favor entrar em contato com o pesquisador responsável Prof. Dra Regina Célia Baptista Belluzzo ou a pesquisadora Maria Inês Garcia Ishikawa, (14) 9672-9284 ou (14) 3214- 4894. Email mari.wa@ig.com.br

APÊNDICE D



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Julio de Mesquita Filho”
Campus de Bauru

Programa de Pós Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento da
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) Maria Inês Garcia Ishikawa – sobre os procedimentos que serão utilizados, concordando em participar da mesma. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda ter recebido uma cópia desse Termo de Consentimento.

Assinatura do participante:

Data:

APÊNDICE E



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Julio de Mesquita Filho”
Campus de Bauru

Programa de Pós Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento da
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

ROTEIRO DA ENTREVISTA

(A ser respondido oralmente com o auxílio do pesquisador)

1. Identificação:
2. Sexo
 - Feminino
 - Masculino
3. Idade:
4. Formação:
5. Natureza da Deficiência Visual
 - Congênita
 - Adquirida
6. Grau da Deficiência Visual
 - Baixa Visão
 - Cegueira

7. Costuma assistir filmes ou programas de TV?
- Sim
- Não
8. Em caso de resposta afirmativa à questão 7, com que frequência?
- Todos os dias
- 3 vezes por semana
- 2 vezes por semana
- Raramente
9. Você conhece ou já ouviu falar do recurso de acessibilidade sobre a audiodescrição?
- Sim
- Não
10. Você já participou de alguma pesquisa ou curso sobre a audiodescrição?
- Sim
- Não
11. Como define este recurso de acessibilidade da audiodescrição ao assistir um programa de TV ?
- Excelente
- Bom
- Ruim
12. O que você pode dizer sobre a audiodescrição?
-
-
-
-
-

13. Em que você imagina que este recurso pode te ajudar na TV Aberta/Digital?

14. Você concorda com a regulamentação das leis que obrigam as emissoras de TV a aplicar este recurso de acessibilidade (audiodescrição) em seus programas e filme ?

Sim

Não

Justifique sua resposta:

15. Gostaria de fazer alguma observação complementar sobre este assunto da audiodescrição?
